ATA N.º 4

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27-02-2026

-------- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Gondomar, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. ----------

-------- A Mesa foi constituída como segue: ----------

-------- Presidente: Manuel António da Silva Pereira; ----------

-------- 1.ª Secretária: Carla Isabel Pinto Ferreira; ----------

-------- 2.º Secretário: Fernando Alício Barreira Morais. ----------

-------- Verificou-se a presença dos(as) Senhores(as) Deputados(as): Ana Filipa Gomes de Almeida, Arménio Lino Martins, Artur Fernando Torres Vieira de Sousa, Bárbara Faria Ferreira de Oliveira Carqueja, Bernardo de Oliveira Cruz Júlio, Bruno Filipe Carvalho Soares, Carlos Eduardo Aranha e Costa, David Manuel da Rocha Santos, Fernando Cerqueira, Fernando Fernandes Duarte, Fernando Miguel dos Santos Azevedo, Maria Teresa Rocha de Sousa Santos, em substituição de Joana Daniela Baldaia de Resende, João Pedro Serra Soares Forte, Jorge Manuel Pina Pacheco, Lúcia Isabel Rocha dos Santos, Maria de Fátima Almeida Pinto, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva, Paulo Amado Pinheiro Viana de Almeida, Encarnação de Sousa Caetano Martins da Silva, em substituição de Paulo Diogo Monteiro Tavares, Pedro Miguel dos Santos Sousa, Pedro Ricardo Madureira Limões, Rosária Palmira Ramos de Sousa, Rui Manuel Simões Oliveira, Sara Joana Pimenta Monteiro, Tânia Maria Alves Cabral, Sílvia Maria dos Santos Cardoso, em substituição de Tiago da Rocha Lages, Valentina Sanchéz e Silva e Vasco Filipe de Carvalho Santa Rita. ---------

-------- Por inerência estiveram presentes os(as) Senhores(as) Presidentes de Junta de Freguesia: António José Ribeiro Bráz - Presidente Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, Cláudia Patrícia dos Santos Nogueira - Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, Francisca Gomes de Castro - Presidente da Junta de Freguesia de Foz do Sousa e Covelo, Francisco Alves Laranjeira - Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte, José Mário

da Rocha Faísca - Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, Manuel José Santos Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Melres e Medas e Rosalina Sofia Neves Martins Prada - Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova. ----------

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2026 (6ª FEIRA), PELAS 21H30M, NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação das atas das sessões anteriores (09-12-2025 e 29-12-2025).
2. Propostas da Câmara Municipal sobre:
   - **2.1** - Mapa de Demonstração do desempenho orçamental e Revisão Orçamental – Proposta
   - **2.2** - Contratação de empréstimo de curto prazo – Relatório final de apreciação das propostas.
   - **2.3** - Procedimentos concursais para cargos de Direção Intermédia de 3.º grau – Dirigentes de Núcleo – Alteração da composição do júri – Proposta
   - **2.4** - Abertura de procedimento concursal para titular de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão Operacional de Administração Direta.
3. Conselho Municipal de Segurança de Gondomar – Indicação de 3 cidadãos de reconhecida idoneidade.
4. Relatório Anual da Atividade da CPCJ de Gondomar 2025 – Para conhecimento.
5. Plano de Atividades e Orçamento 2026 da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto – Para conhecimento.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Dr. Manuel António da Silva Pereira)

-------- **Verificação da identidade e legitimidade** da Senhora Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. ----------

-------- Estando presente a Senhora Maria Teresa Rocha de Sousa Santos, em substituição da Senhora Deputada Joana Daniela Baldaia de Resende, foi verificada a sua identidade e legitimidade, conforme termo devidamente assinado e arquivado com a ata de instalação do órgão. ----------

-------- **A - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

-------- Nos termos dos números 1 e 6, do artigo 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do número 1, do artigo 26.º, do Regimento da Assembleia Municipal, na sua redação atual, foi aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as intervenções dos(as) Senhores(as): ----------

-------- **MARIA DA GRAÇA SOUSA** – Moradora no Bairro da Gandra, na Rua Fernão Lopes, em S. Pedro da Cova, falou em representação dos moradores, quanto à necessidade de obras. Estão a pagar as rendas e as habitações encontram-se cheias de humidade, ficam com as mobílias estragadas, há situações de pessoas acamadas e nunca mais fazem as obras. Pede ao Senhor Presidente da Câmara que visite as casas uma a uma. ----------

-------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Pediu que identificassem todas as casas que estão com problemas, que fará questão de lá ir. Obviamente que não pode ficar indiferente aquilo que foi dito, disse que irá visitar o local e assim fará, compreende as preocupações dos moradores, tudo fará para resolver. Esta obra arrasta problemas desde o início, com alterações que, entretanto, tiveram de ser alteradas e o projeto vem arrastando há tempo de mais. ---------

-------- **B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

-------- Foram apresentados à Mesa os seguintes documentos, para integrarem o Período de Antes da Ordem do Dia: ----------

-------- Pelos Grupos/Deputados Municipais foram entregues à Mesa os seguintes documentos para o Período de Antes da Ordem do Dia: ----------

-------- Documento n.º **1** – **Proposta de Recomendação** – "Identificação de infraestruturas críticas, sensibilização e preparação da população para situações de emergência", apresentada pela Deputada Municipal do **L**; ----------

-------- Documento n.º **2** – **Proposta de Recomendação** – "Pela redução temporária das taxas das feiras e pela mitigação dos impactos climáticos na atividade feirante", apresentada pela Deputada Municipal do **L**; ----------

-------- Documento n.º **3** – **Proposta de Recomendação** – "Igualdade de Género, Inclusão e Dignidade Menstrual no concelho de Gondomar", apresentada pela Deputada Municipal do **L**; --

-------- Documento n.º **4** – **Voto de Saudação** – "Dia Internacional da Mulher", apresentado pela Deputada Municipal do **L**; ----------

-------- Documento n.º **5** – **Proposta de Recomendação** – "Obras nos edifícios escolares do Município", apresentada pelo Grupo Municipal da **CDU**; ----------

-------- Documento n.º **6** – **Recomendação** – "Pela elaboração de um plano de requalificação da rede viária", apresentada pelo Grupo Municipal da **IL**; ----------

-------- Documento n.º **7** – **Proposta de Recomendação** – "Reforço da Polícia Municipal de Gondomar", apresentada pelo Grupo Municipal do **CH**; ----------

-------- Documento n.º **8** – **Voto de Louvor** – "Assistentes Operacionais envolvidos nas operações de resposta às tempestades", apresentado pelo Grupo Municipal do **CH**; ----------

-------- Documento n.º **9** – **Recomendação** – "Estado da rede viária nas Freguesias de Foz do Sousa e Covelo", apresentada pelo Grupo Municipal do **CH**; ----------

-------- Documento n.º **10** – **Moção** – "Apoio e Recuperação Pós-Tempestades no Concelho de Gondomar", apresentada pelo Grupo Municipal do **PSD**; ----------

Assembleia Municipal de Gondomar

Proposta de Recomendação - Identificação de infraestruturas críticas, sensibilização e preparação da população para situações de emergência

Nos últimos tempos, Portugal tem sido atingido por uma sucessão de fenómenos meteorológicos extremos, caracterizados por níveis de precipitação, vento e temperaturas com poucos precedentes na história recente do nosso país. As consequências humanas e materiais destes eventos são expressivas, registando-se vítimas mortais, desalojados e prejuízos significativos em vários pontos do território nacional.

O primeiro pensamento deve estar com as vítimas e com todos os que enfrentam maiores dificuldades. A reposição rápida de condições básicas de dignidade – habitação, energia, água, segurança e mobilidade – exige uma resposta eficaz e articulada do Estado, a nível central e local.

Na sequência destes fenómenos, têm-se verificado episódios de cheias, inundações localizadas, deslizamentos de terras, interrupções prolongadas de energia e dificuldades de circulação em diversos concelhos do país. O concelho de Gondomar, pela sua configuração territorial, densidade populacional, presença de linhas de água e zonas urbanas consolidadas, não está imune a este tipo de ocorrências, tendo registado, ao longo dos últimos anos, situações que evidenciam vulnerabilidades relevantes.

Embora particularmente intensos em determinados momentos, estes episódios inserem-se numa tendência crescente de fenómenos extremos, associada às alterações climáticas. A este contexto somam-se ainda eventos não climáticos de grande impacto, como falhas generalizadas de fornecimento elétrico e de comunicações, que demonstram a necessidade de reforçar a preparação, a mitigação e a adaptação a cenários de crise complexos e prolongados.

A proteção das infraestruturas críticas – como os sistemas de energia, água, serviços municipais essenciais, transportes e comunicações – assume, nestes cenários, um carácter prioritário, dado o impacto severo que a sua interrupção pode ter no funcionamento da sociedade, na economia local e no bem-estar das populações. Os acontecimentos recentes evidenciaram fragilidades que importa reconhecer e corrigir, reforçando a resiliência destes sistemas. Embora muitas destas competências pertençam ao governo central, existem medidas que podem e devem ser promovidas pelo Município de Gondomar no seu território.

A preparação individual e coletiva para emergências deixou de ser uma hipótese teórica para se afirmar como uma condição prática de segurança e resiliência. Neste quadro, a Estratégia da

União Europeia para uma União da Preparação propõe a transição de uma lógica de reação para uma cultura de prontidão proativa, promovendo a proteção de infraestruturas críticas, a autonomia mínima dos serviços essenciais e a capacitação das populações.

Entre as medidas recomendadas destaca-se a promoção da autossuficiência da população durante, pelo menos, 72 horas, através da existência de kits de emergência adequados a falhas de energia, interrupções de comunicações e fenómenos extremos, bem como o reforço da informação, da sensibilização pública e dos mecanismos de apoio às populações mais vulneráveis.

Vários Estados-Membros da União Europeia têm vindo a implementar iniciativas concretas de preparação civil e gestão de riscos climáticos e tecnológicos. Neste contexto, entende-se que existem medidas que podem ser promovidas ao nível local, sendo desejável que o Município de Gondomar assuma uma posição ativa e responsável na promoção da resiliência e da preparação da comunidade.

Face ao exposto, propõe-se que o Município de Gondomar desenvolva uma estratégia integrada de preparação e proteção das populações, assente nos seguintes eixos:

1. Preparação para emergências: kits de emergência

- Promoção de campanhas municipais de sensibilização para a criação de kits de emergência doméstica, garantindo autonomia básica por pelo menos 72 horas em situações de crise.
- Criação de um programa municipal de apoio à distribuição de kits de emergência às populações socialmente mais vulneráveis, assegurando que a preparação não depende da capacidade económica.
- Articulação com juntas de freguesia, escolas e associações locais para ações de informação simples e acessíveis sobre prevenção e resposta em situações de emergência.

Os kits de emergência deverão incluir, entre outros elementos essenciais, água, alimentos não perecíveis, lanterna, rádio, power bank, medicamentos de uso regular e documentação essencial.

2. Serviços municipais resilientes e autonomia energética

- Levantamento das infraestruturas críticas municipais, identificando equipamentos e serviços cuja disrupção tem maior impacto na população.
- Avaliação da sua vulnerabilidade a cheias, falhas prolongadas de energia e interrupções de comunicações.
- Instalação faseada de sistemas recarregáveis com painéis solares, incluindo baterias e inversores, nos serviços e equipamentos da autarquia considerados críticos, garantindo:
    - funcionamento mínimo em caso de falha da rede elétrica;
    - capacidade de carregamento de equipamentos essenciais;

- apoio à resposta operacional em situações de emergência.
- Manutenção e testes regulares destes sistemas, assegurando fiabilidade e segurança.

3. Refúgios climáticos

- Criação de uma rede municipal de refúgios climáticos, acessíveis e distribuídos de forma descentralizada pelo território, onde a população possa abrigar-se durante eventos climáticos extremos.
- Identificação imediata dos equipamentos públicos já existentes – como bibliotecas, pavilhões, piscinas municipais e edifícios da autarquia – que possam servir como refúgios climáticos.
- Sinalização clara e comunicação pública destes espaços, com especial atenção às populações mais vulneráveis.
- Planeamento progressivo de novos espaços de abrigo térmico, assegurando cobertura em todas as freguesias.
- Garantia de que a população conhece a localização dos refúgios climáticos e sabe como se deslocar, em segurança, até aos mesmos mesmo em cenários de falha de eletricidade, internet ou comunicações, através da distribuição universal de informação e mapas de acesso em formato físico a todas as pessoas, bem como da disponibilização permanente dessa informação em formato digital nos canais institucionais do Município.

Gondomar, 20 de fevereiro de 2026

Ana Gomes de Almeida

Deputada da Assembleia Municipal de Gondomar

Assembleia Municipal de Gondomar

Proposta de Recomendação - Pela redução temporária das taxas das feiras e pela mitigação dos impactos climáticos na atividade feirante

Considerando que:

1. As feiras e mercados ao ar livre constituem **uma atividade económica, social e cultural estruturante**, assegurando rendimentos a vários trabalhadores e trabalhadoras, e garantindo o acesso da população a bens essenciais, produtos locais e circuitos curtos de consumo;
2. A atividade feirante se caracteriza por **elevada precariedade**, estando, muitas vezes, sujeita à ausência de mecanismos de proteção semelhantes aos existentes noutros setores (como a agricultura) e com forte dependência de condições meteorológicas favoráveis ao exercício desta atividade;
3. Durante os meses recentes, e em particular no mês de fevereiro, **episódios, praticamente contínuos, de intempéries severas** (chuva intensa, vento forte e condições de insegurança) comprometeram seriamente a realização das feiras, anulando os rendimentos dos feirantes, sem que tal tenha sido acompanhado, de forma sistemática, por mecanismos compensatórios;
4. Em alguns municípios da Área Metropolitana do Porto foram adotadas **medidas excecionais de isenção ou redução de taxas**, reconhecendo o caráter extraordinário da situação, enquanto noutros contextos — incluindo Gondomar — os feirantes continuaram a suportar encargos integrais, mesmo quando as condições não permitiram o exercício normal da sua atividade;
5. O contacto direto com feirantes a operar em Gondomar revelou um sentimento generalizado de "uma certa desatenção" por parte das decisões políticas do poder local, bem como preocupações legítimas quanto:
    - à inadequação das infraestruturas existentes face às intempéries,
    - à existência de espaços vazios, que desvalorizam a feira enquanto espaço coletivo e económico,
    - e à falta de auscultação dos feirantes e dos clientes das feiras na definição de soluções estruturais;
6. As **alterações climáticas** tenderão a tornar mais frequentes e intensos os fenómenos meteorológicos extremos, exigindo uma **resposta pública planeada, preventiva e dialogada**, em vez de meramente reativa, sendo fundamental adaptar as políticas públicas aos desafios climáticos (e aos desafios sociais que deles advêm);

1

7. Consideramos ser fundamental a promoção de uma **economia local resiliente e enraizada no território**, que ofereça alternativas ao comércio de grandes superfícies e que permita vivenciar o espaço público e coletivo, valorizando, portanto, o comércio de proximidade, e as trabalhadoras e trabalhadores em situação de maior vulnerabilidade.

A Assembleia Municipal de Gondomar delibera recomendar à Câmara Municipal que:

1. **Proceda à isenção total, ou, pelo menos à redução em 50% das taxas municipais associadas à atividade feirante durante o mês de fevereiro**, como medida excecional de mitigação dos impactos económicos causados pelas intempéries, salvaguardando o ganha-pão e os meios de subsistência de quem depende desta atividade para o seu rendimento;
2. **Avalie a criação de um mecanismo municipal claro e automático de resposta a eventos climáticos adversos que tenha em conta o comércio local**, e que permita, sempre que se verifiquem condições objetivas de impossibilidade ou forte limitação desta atividade, acionar reduções ou isenções temporárias de taxas, permitindo uma resposta mais ágil e consistente;
3. **Promova, em diálogo com os feirantes e as suas estruturas representativas**, a identificação de necessidades de melhoria das infraestruturas das feiras, nomeadamente soluções que:
    - aumentem a segurança face ao vento e à chuva, e garantam o conforto dos feirantes e clientes independentemente das condições climáticas,
    - reduzam custos individuais hoje suportados pelos próprios feirantes (como coberturas improvisadas) e os riscos estruturais causados pela diversidade de soluções utilizadas,
    - respeitem o caráter aberto e de proximidade das feiras;
4. **Reveja práticas e regulamentos municipais aplicáveis à atividade feirante**, ponderando:
    - maior flexibilidade na ocupação do espaço quando existam lugares vagos,
    - procedimentos mais céleres na atribuição de licenças;
5. **Pondere outras medidas de valorização e incentivo à atividade feirante**, no quadro mais amplo da dinamização da economia local e do comércio de proximidade, designadamente no âmbito de programas municipais existentes ou futuros, sem prejuízo de um processo participado e não impositivo;
6. **Reforce a escuta ativa e a participação dos feirantes na definição de políticas municipais que lhes digam respeito**, reconhecendo-os como agentes económicos e sociais fundamentais para a coesão do território.

Gondomar, 20 de fevereiro de 2026

Ana Gomes de Almeida

Deputada da Assembleia Municipal de Gondomar

LIVRE

Assembleia Municipal de Gondomar

Proposta de Recomendação - Igualdade de Género, Inclusão e Dignidade Menstrual no concelho de Gondomar

Preâmbulo

O Dia Internacional da Mulher tem origem nas lutas laborais e sociais por condições dignas de trabalho, igualdade salarial, proteção social e participação cívica e política. Mais que apenas uma data comemorativa e celebratória, deve servir como momento de reflexão, análise e debate propositivos e construtivos, de forma a dar continuidade à luta iniciada pelas mulheres, que hoje celebramos, que puseram a sua segurança em causa (e em alguns casos, perderam a sua vida) ao protestar por melhores condições de trabalho.

Se é importante reconhecer a tendência histórica de diminuição das desigualdades em Portugal, e os indicadores positivos que existem no nosso concelho (nomeadamente a menor desigualdade de rendimentos de trabalhadores assalariados), também é importante reconhecer que o contexto atual traz novos obstáculos à igualdade de género. Hoje em dia, temos forças políticas, com representação parlamentar nacional e local, que não só minimizam ou até negam as desigualdades de género, como põem os direitos e a dignidade das mulheres (de todas as mulheres, incluindo mulheres trans e imigrantes) em causa.

E é, também, importante, reconhecer que as recentes propostas de alteração à lei laboral, em especial matérias relacionadas com parentalidade, proteção em situações de perda gestacional e direitos associados à amamentação, afetando negativamente todas e todos os trabalhadores, impactam em especial a população feminina. A nível local, é fundamental considerar os seus potenciais impactos e posicionarmo-nos em defesa da dignidade e da igualdade dos Gondomarenses.

Enquadramento estatístico e factual

Uma análise de dados recentes relativos ao concelho de Gondomar (cujas fontes estão detalhadas em anexo), evidencia desigualdades estruturais com impacto direto na autonomia económica, na segurança e na dignidade das mulheres.

1. Estrutura demográfica

A população residente no concelho é maioritariamente feminina, tendência que se acentua nas faixas etárias mais elevadas. As mulheres representam, assim, a maioria da população do território, o que reforça a responsabilidade do poder local na promoção de políticas de igualdade com impacto real.

2. Mercado de trabalho – Desemprego registado (2025, IEFP)

- O desemprego registado mantém-se acima das 4 900 pessoas no final de 2025, apesar da redução ao longo do ano.
- Em todos os meses analisados (Janeiro a Dezembro de 2025), as mulheres representam a maioria das pessoas desempregadas (entre aproximadamente 54% e 57%).
- Cerca de 41% a 43% das pessoas desempregadas encontram-se inscritas há um ano ou mais, revelando uma componente estrutural de desemprego de longa duração.

Estes dados demonstram que a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho não é pontual, sendo consistente ao longo do tempo.

3. Proteção social

- Segundo dados da Segurança Social, em 2024, o número de beneficiárias de subsídio de desemprego em Gondomar (3 627) foi superior ao número de beneficiários homens (2 976).
- A duração média do subsídio é também superior entre mulheres (182 dias) face aos homens (174 dias).

Estes indicadores evidenciam maior exposição feminina à instabilidade laboral e maior permanência em situação de desemprego.

4. Rendimento

- O ganho médio mensal das mulheres no concelho (1 083,86 €) é inferior ao dos homens (1 184,32 €), traduzindo uma diferença salarial relevante ao nível local.

A desigualdade económica tem impacto direto na autonomia financeira e na capacidade de decisão individual.

5. Parentalidade e divisão do cuidado

- Em 2024, o total de dias de licença parental inicial atribuídos a mulheres (146 052 dias) foi aproximadamente 2,85 vezes superior ao atribuído a homens (51 169 dias).

Esta assimetria demonstra que a responsabilidade pelo cuidado continua a recair maioritariamente sobre as mulheres, com consequências na progressão profissional e no rendimento.



6. Violência

- Foram registados 323 crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos no concelho.
- Dados regionais de apoio a vítimas indicam que:
  - A violência doméstica representa mais de 80% dos crimes contra as pessoas no âmbito do apoio às vítimas.
  - Cerca de 78% das vítimas apoiadas são mulheres.
  - Uma parte significativa das situações corresponde a vitimação continuada.
  - A maioria dos casos ocorre na residência comum e em contexto de relação de intimidade.

Estes dados demonstram que a violência contra as mulheres é estrutural, relacional e frequentemente prolongada no tempo.

Todos os dados referidos encontram-se sistematizados no **Anexo I – Enquadramento Estatístico e Fontes**, que disponibiliza dados mais completos, algumas notas metodológicas e identificação das fontes utilizadas.

Deliberação

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Gondomar delibera recomendar à Câmara Municipal algumas ações, enquadradas nas seguintes áreas de ação:

1. Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação

- Apresentar à Assembleia Municipal um relatório detalhado de execução do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação com vigência até 2024, incluindo:
  - Medidas previstas
  - Grau de implementação
  - Indicadores de avaliação
  - Recursos afetos
  - Constrangimentos identificados
- Informar se se encontra em curso processo de revisão ou elaboração de novo Plano para o período pós-2024.
- Submeter à Assembleia Municipal o calendário de atualização do Plano, com metas e indicadores mensuráveis.

2. Implementação de Projeto-Piloto de Dignidade Menstrual

- Proceder à implementação de um Projeto-Piloto de Dignidade Menstrual, com início no prazo máximo de 90 dias após aprovação da presente recomendação, nos seguintes equipamentos:
    - Biblioteca Municipal de Gondomar;
    - Edifício da Câmara Municipal com atendimento ao público;
    - Espaço Cidadão de Gondomar;
    - Uma Unidade Local de Saúde a designar, mediante articulação institucional.
- Adotar o modelo de disponibilização direta através de dispensadores instalados em instalações sanitárias (garantindo acesso universal e não condicionado), assegurando:
    - Acesso gratuito, discreto e não estigmatizante;
    - Sinalética inclusiva e clara;
    - Plano regular de reposição e manutenção.
- Opcionalmente, recomendamos ao executivo que estabeleça um protocolo com três associações locais, selecionadas através de procedimento transparente e simplificado, de forma a alargar o âmbito do projeto piloto a diferentes populações, garantindo assim uma melhor apreciação da sua eficácia.
- Apresente relatório intermédio ao fim de seis meses e relatório final ao fim de doze meses, com proposta fundamentada de eventual expansão do projeto a outros equipamentos municipais.

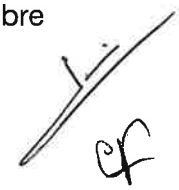
O Anexo II enquadra um plano de ação de implementação desta medida que enquadra algumas questões técnicas e logísticas e oferece uma estimativa de custos.

3. Prevenção e resposta à violência de género

Tendo em conta os dados locais e regionais relativos à prevalência da violência doméstica, a Assembleia Municipal recomenda que o Executivo:

- Apresente um plano municipal integrado de prevenção e resposta à violência de género, contendo:
    - Medidas de prevenção primária (sensibilização e formação);
    - Protocolos de encaminhamento e articulação com entidades competentes;
    - Estratégia de comunicação pública permanente.
- Garanta que todos os equipamentos municipais com atendimento ao público:
    - Disponham de informação visível e atualizada sobre recursos de apoio;
    - Tenham trabalhadores com formação básica em referenciação adequada.
- Avalie a necessidade de reforço da articulação com:
    - Rede Intermunicipal de apoio a vítimas;
    - Forças de segurança;
    - Entidades de ação social;
    - Estruturas de apoio especializadas.

- Apresente à Assembleia Municipal relatório anual sintético com dados agregados sobre ações desenvolvidas e articulação institucional.



4. Espaço público com perspetiva de género

Considerando que a segurança e acessibilidade do espaço público têm impacto direto na autonomia e participação das mulheres, recomenda-se que o Município:

- Integre formalmente critérios de perspetiva de género nos projetos de:
  - Iluminação pública;
  - Requalificação de espaços urbanos;
  - Percursos pedonais e zonas de transporte;
  - Acessibilidade a equipamentos públicos.
- Proceda a um levantamento participativo, em colaboração com associações e representantes das comunidades mais vulneráveis, de pontos críticos no concelho, com especial atenção a:
  - Zonas de fraca iluminação;
  - Percursos escolares e de transporte;
  - Espaços reportados como inseguros.
- Submeta à Assembleia Municipal, no prazo de seis meses, síntese das intervenções previstas ou realizadas com base neste levantamento.
- Privilegie soluções de proximidade e coesão social, evitando a substituição de políticas urbanas estruturais por soluções exclusivamente securitárias.

5. Coesão social, participação e inclusão

Reconhecendo o papel estruturante das redes comunitárias e da participação cívica na redução das discriminações, recomenda-se que o Executivo:

- Reforce mecanismos de participação cívica, assegurando:
  - Espaços regulares de escuta ativa;
  - Inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social;
  - Garantia de ambiente seguro e não discriminatório para mulheres trans, imigrantes, e outras minorias.
- Apresente à Assembleia Municipal relatório anual sobre iniciativas desenvolvidas nesta área, identificando entidades envolvidas, número de participantes e impactos observados.

6. Igualdade na contratação pública

A Assembleia Municipal recomenda que o Município, enquanto entidade empregadora pública, adote medidas internas complementares que reforcem a igualdade de género, designadamente:

- Criação de regime municipal complementar de apoio em situação de perda gestacional, prevendo dias adicionais de ausência justificada remunerada para ambos os progenitores.
- Realização de auditoria interna à igualdade salarial e às oportunidades de progressão na carreira, com apresentação de relatório à Assembleia Municipal.
- Criação de licença municipal complementar de parentalidade, aplicável ao progenitor que não esteja a usufruir da licença principal, permitindo um período de sobreposição entre ambos, promovendo uma partilha mais equilibrada do cuidado.
- Promoção ativa, através de comunicação interna e cultura organizacional, da utilização equilibrada dos direitos parentais por todas e todos os trabalhadores, independentemente do género.

Gondomar, 20 de fevereiro de 2026

Ana Gomes de Almeida

Deputada da Assembleia Municipal de Gondomar

Anexo I - Enquadramento Estatístico e Fontes de Dados

O presente anexo sistematiza os dados utilizados na fundamentação da moção, com base em:

- Estatísticas mensais do IEFP – Desemprego registado por concelho (2025).
- Diversos estatísticos do INE (2022–2025), retirados do portal desta instituição, nomeadamente:
  - Taxa de desemprego (%) por localização geográfica (NUTS 2013), 2019–2022
  - Taxa de desemprego (%) por localização geográfica (NUTS 2024), 2023
  - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€), por setor de atividade económica, 2022
  - Número de desempregados inscritos nos centros de emprego, por local de residência (NUTS 2024), 2024
  - População empregada, por local de residência (NUTS 2024), 2024
  - Remuneração base média mensal (€), por local de residência (NUTS 2024), 2024
  - Taxa de risco de pobreza (%) após transferências sociais, 2024/2025
  - Coeficiente de Gini (desigualdade do rendimento), 2023/2024
  - Taxa de risco de pobreza (%) após transferências sociais (NUTS 2013), 2023/2024
  - Taxa de privação material e social (%), 2023/2024 (NUTS 2024)
  - Crimes registados pelas autoridades policiais, 2022
- Relatório APAV – GAV Porto 2024.
- Estatísticas do Rendimento ao Nível Local (INE, 2023 e 2019).
- Documento "As Pessoas 2024" (INE).
- Informação disponível no "Retrato dos Municípios" da Pordata, de Gondomar (2024) https://retratos.pordata.pt/populacao/gondomar

Resumo dos dados e principais conclusões

Estrutura demográfica

- A população residente no concelho é maioritariamente feminina.
- A predominância feminina é mais acentuada nas faixas etárias superiores.

Implicação:

As políticas de igualdade têm impacto direto na maioria da população residente.

Mercado de Trabalho – Desemprego Registado (IEFP 2025)

Evolução anual

Janeiro 2025: 5 781 pessoas desempregadas

Dezembro 2025: 4 906 pessoas desempregadas

Variação anual: -15,1%

Distribuição por sexo

- As mulheres representam entre 54% e 57% do total de desempregados em todos os meses analisados.
- Em dezembro de 2025:
  - Homens: 2 224
  - Mulheres: 2 682

Estrutura temporal

- Entre 41% e 43% do desemprego corresponde a inscrições com duração igual ou superior a 1 ano.

Leitura:

- Desigualdade por sexo consistente ao longo do ano.
- Componente estrutural de desemprego de longa duração relevante.

Proteção Social

Beneficiários de subsídio de desemprego (2024)

Total: 6 603

Mulheres: 3 627 (54,9%)

Homens: 2 976

Duração média do subsídio (2024)

Total: 178 dias

Mulheres: 182 dias

Homens: valor inferior ao feminino

Leitura:

- Maior dependência feminina de prestações sociais.
- Maior permanência feminina em situação de desemprego.

Rendimento

Ganho médio mensal (2022)

Homens: 1 184,32 €

Mulheres: 1 083,86 €

Diferença: aproximadamente 100,46 € por mês (~8,5%)

Leitura:

- Diferença salarial relevante ao nível concelhio.
- Impacto direto na autonomia económica feminina.

Parentalidade e divisão do cuidado

Duração da licença parental inicial (2024)

Homens: 51 169 dias

Mulheres: 146 052 dias

Relação: cerca de 2,85 vezes superior nas mulheres.

Leitura:

- Persistência de assimetria significativa na divisão do cuidado.
- Impacto estrutural na progressão profissional e no rendimento.

Violência

Violência doméstica no concelho

Crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos (2022): 323

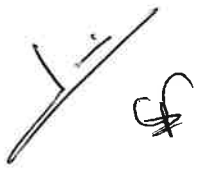
Dados regionais – APAV GAV Porto 2024

- Violência doméstica representa mais de 80% dos crimes contra as pessoas apoiados.
- 78% das vítimas apoiadas são mulheres.
- 45,6% das vítimas sofreram vitimação continuada.
- 51% dos casos ocorreram na residência comum.
- 45,6% das relações agressor-vítima correspondem a relações de intimidade.

Leitura:

- Violência estrutural, relacional e frequentemente prolongada.

- Impacto predominante sobre mulheres.



Anexo II - Sugestão de um Plano de Implementação do Projeto-Piloto de Dignidade Menstrual

1. Objetivo

Garantir o acesso gratuito, discreto, regular e universal a produtos de higiene menstrual em equipamentos públicos estratégicos do concelho de Gondomar, contribuindo para:

- a redução da pobreza menstrual e das situações de privação material associadas;
- a promoção da dignidade, saúde e igualdade de género;
- o combate ao estigma associado à menstruação;
- o reforço da inclusão social, assegurando que nenhuma pessoa é excluída por razões económicas, sociais ou identitárias.

Esta medida insere-se numa estratégia municipal mais ampla de promoção da igualdade, da saúde pública e do acesso efetivo a direitos.

2. Âmbito territorial

Fase inicial (projeto-piloto)

A implementação inicial do projeto decorrerá nos seguintes equipamentos públicos municipais, pela sua centralidade, diversidade de públicos e frequência de utilização, como os sugeridos:

- Biblioteca Municipal de Gondomar
- Edifício da Câmara Municipal (com atendimento ao público)
- Espaço Cidadão de Gondomar
- Uma Unidade Local de Saúde a designar, mediante articulação institucional

3. Modelo de intervenção

a) Dispensadores em instalações sanitárias

- Instalação de dispensadores de produtos menstruais em instalações sanitárias de acesso público.
- Disponibilização de mais do que uma opção de produto de higiene menstrual, nomeadamente tampões e pensos higiénicos.
- Acesso universal, direto e não condicionado, sem necessidade de pedido ou interação com funcionários, garantindo discrição e reduzindo o estigma.
- Utilização de sinalética simples, clara e inclusiva, evitando linguagem discriminatória e assegurando compreensão generalizada.

b) Opção complementar: modelo híbrido com parcerias locais

- Estabelecimento de parcerias com três associações locais, de diferentes áreas de intervenção (por exemplo, associações culturais, desportivas, sociais ou bombeiros voluntários).
- Sempre que possível, adoção de critérios de descentralização territorial, garantindo maior proximidade às populações.
- As associações poderão colaborar na disponibilização complementar de produtos, identificação de situações de maior vulnerabilidade, promoção de literacia e normalização da saúde menstrual e recolha de contributos qualitativos para avaliação do projeto.

4. Necessidades de planeamento operacional

Para assegurar uma implementação eficaz e sustentável, o projeto deverá incluir:

- inventário prévio das instalações sanitárias em cada equipamento abrangido;
- definição do número adequado de dispensadores por local, em função do fluxo de utilizadores;
- elaboração de um plano regular de avaliação, reposição e controlo de stock, com periodicidade mínima semanal;
- designação de um responsável por equipamento, preferencialmente integrado nas rotinas existentes de gestão e manutenção;
- articulação com os serviços de limpeza e manutenção, garantindo reposição adequada, bom estado dos equipamentos e resposta célere a avarias ou constrangimentos.

5. Orçamento estimado anual

Premissas

- total de 12 dispensadores instalados;
- consumo estimado de 12 000 unidades por ano;
- preço médio estimado por unidade: 0,20 €.

Estimativa de custos

- Dispensadores e instalação: 4 000 €
- Consumíveis anuais: 2 000 €
- Manutenção: 500 €
- Parcerias opcionais com instituições (assumindo dois dispensadores por instituição): 3 000 €

Custo total estimado (sem parcerias): 6 500 €

Custo total estimado (com parcerias): 9 500 €

Os valores apresentados são indicativos e poderão ser ajustados após levantamento técnico e procedimentos de aquisição.

6. Indicadores de monitorização

Para acompanhamento e avaliação do projeto, deverão ser considerados, pelo menos, os seguintes indicadores:

- número de dispensadores instalados e operacionais;

- consumo mensal de produtos por local;
- registo de incidentes (avarias, reposição extraordinária, uso indevido);
- avaliação qualitativa anónima sobre acessibilidade, adequação dos produtos e perceção de utilidade e impacto.

Os dados deverão ser tratados de forma agregada, respeitando a privacidade dos utilizadores.

7. Avaliação e decisão futura

- Apresentação de um relatório intermédio ao fim de 6 meses, com análise quantitativa e qualitativa do funcionamento do projeto.
- Avaliação anual global, incluindo proposta fundamentada de expansão, ajustamento do modelo ou reforço das parcerias.
- A eventual expansão deverá ser faseada e sustentada na evidência recolhida no projeto-piloto.

Assembleia Municipal de Gondomar

Voto de Saudação do Dia Internacional da Mulher

Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher tem raízes no movimento operário e feminista do início do século XX, nascendo das lutas das mulheres trabalhadoras por melhores condições laborais, igualdade salarial e de direitos e da participação plena na vida democrática. É um dia que recorda que o caminho que desbravámos em direção à igualdade não foi construído passivamente, nem sem sacrifício: foram conquistas apenas possíveis através de ações individuais e coletivas, alimentadas pela coragem e pela persistência de gerações de homens e, principalmente, mulheres que recusaram aceitar a desigualdade e que puseram a sua segurança (e, nalguns casos, a sua vida) em risco.

Mas, se comemorar o Dia Internacional da Mulher é, sem dúvida, celebrar, de forma esperançosa, as conquistas acima descritas, das quais todas e todos hoje beneficiamos independemente do nosso sexo ou género, implica, também, reconhecer que o trabalho ainda não terminou.

Em Gondomar, como em todo o país, persistem desigualdades, discriminações e circunstâncias que afetam de forma desproporcionada as mulheres, em particular na distribuição do rendimentos, precariedade do trabalho, ou na suceptibilidade a ser vítima de violência. Reconhecer estas realidades não invalida as conquistas alcançadas. Pelo contrário: dá-lhes continuidade. E, nesse âmbito, é importante que o dia seja, mais que uma celebração que "marque o calendário", um momento de reflexão sobre o que é ser mulher, hoje, em Gondomar, com o objetivo de ponderar medidas concretas que possam diminuir desigualdades e, assim, melhorar a qualidade e dignidade das suas vidas.

Neste contexto, é essencial denunciar, de forma clara, a emergência e normalização de discursos e práticas misóginas, reacionárias e discriminatórias, que procuram desvalorizar as mulheres, restringir direitos conquistados e reintroduzir desigualdades que julgávamos ultrapassadas. Se algumas destas práticas e discursos são transparentes na sua misoginia, outras não o são diretamente, mas têm na mesma um impacto tangível e desproporcional nas mulheres. A misoginia é uma ameaça à democracia, à liberdade e à dignidade humana, que deve ser encarada com seriedade e combatida com firmeza, em todas as suas frentes, desde os discursos obviamente discriminatórios (como os direcionados às mulheres trans ou imigrantes), aos "pacotes laborais" que introduzem uma instabilidade ao qual a população feminina, pela sua maior representatividade no trabalho mais precário, está mais susceptível.

Assim, a Assembleia Municipal reafirma o seu compromisso com a promoção da igualdade de género, com o combate a todas as formas de discriminação e violência, e com a construção de políticas públicas que procurem diminuir as desigualdades para todas e todos.

Mais acrescentamos que a Assembleia Municipal de Gondomar afirma que o Dia Internacional da Mulher celebra todas as mulheres do concelho, bem como os movimentos, as associações, os coletivos e as organizações sindicais que, com trabalho quotidiano e compromisso cívico, contribuem para uma sociedade mais justa, mais solidária e mais igualitária.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Gondomar delibera:

1. Assinalar, por meio deste documento, os Dias Internacionais da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, 6 de fevereiro, e da Mulher, 8 de março;
2. Assinalar, por meio deste documento, o 19.º aniversário da consagração do direito à interrupção voluntária da gravidez, 11 de fevereiro;
3. Saudar as mulheres portuguesas, as associações e os colectivos feministas, e as organizações sindicais no Dia Internacional da Mulher, e as suas lutas e conquistas;
4. Denunciar as políticas reacionárias, machistas, misóginas e patriarcais que procuram destruir os direitos das mulheres e o progresso social e democrático, e as organizações que as promovem.

Gondomar, 20 de fevereiro de 2026

Ana Gomes de Almeida

Deputada da Assembleia Municipal de Gondomar

Obras nos edifícios escolares do município

Proposta de Recomendação

Uma grande parte dos edifícios escolares de Gondomar encontra-se em situação de degradação física decorrente da falta de manutenção ou da ineficácia dessa mesma manutenção.

Veio recentemente a público o caso da Escola Básica e Jardim de Infância de Vila Verde, em São Pedro da Cova, que se encontra a funcionar sem as condições necessárias à segurança e ao bem-estar físico das crianças que a frequentam.

Uma escola cujas obras deveriam ter terminado há quase um ano, mas que continuam sem fim à vista.

Uma escola sem condições sanitárias, sem espaços onde as crianças brinquem em segurança, sem refeições servidas quentes.

Uma escola que não deixa os pais descansados e confiantes quando lá deixam os seus filhos.

Esta situação tem muito que ver com a transferência de competências do Estado na área da educação que a Câmara Municipal aceitou sem questionar e sem ouvir outras razões e argumentos que agora se mostram certos. Na prática, a Câmara Municipal aceitou uma transferência de encargos e ajudou à desresponsabilização do Estado Central nesta área estruturante.

Para que a este erro não se somem outros e para que esta Assembleia possa ajudar a encontrar soluções e caminhos para a reabilitação do parque escolar do município, onde, para além da escola referida, muitas outras se encontram a necessitar de obras urgentes, a CDU apresenta a seguinte proposta de recomendação:

1. Que a Câmara Municipal, através da Mesa desta Assembleia, faça chegar, a cada Grupo Municipal, informação atualizada das intervenções a decorrer nos edifícios escolares do concelho e respetivos prazos de execução;

2. Que essa informação contenha, também, a situação de todas as escolas que necessitam de obras e estão "em lista de espera";
3. Que a Câmara Municipal, através da Mesa desta Assembleia, faça chegar, a cada Grupo Municipal, informação sobre a previsão da data de conclusão das obras a decorrerem na Escola Básica e Jardim de Infância de Vila Verde, em São Pedro da Cova;
4. Que o Município desenvolva uma prática de adjudicação de serviços que preveja a diversificação dos adjudicatários, no sentido de não sobrecarregar uma mesma empresa que acabará por não conseguir responder aos prazos dados;
5. Que a todas as obras que não são executadas dentro dos prazos previstos, por responsabilidade das empresas adjudicadas, sejam aplicadas as multas e penalidades previstas na lei;
6. Que a Câmara Municipal reivindique ao Estado a transferência financeira necessária a dar resposta a todas as necessidades diagnosticadas nesta área.

Que esta proposta de recomendação, depois de discutida e votada, seja publicada no sítio eletrónico da Assembleia Municipal e enviada

- à Câmara Municipal;

- à FAPAG

- à Direção do Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova

Gondomar, Assembleia Municipal em 27 de fevereiro de 2026,

O Grupo Municipal de CDU,

Recomendação – Pela elaboração de um plano de requalificação da rede viária

Exposição de motivos:

O presente mês de Fevereiro ficou inevitavelmente marcado pela sucessão de tempestades que assolaram o país, que trouxe ao de cima imensas questões, nomeadamente problemas que já há muito foram identificados, mas que almejaram um ponto de tal forma crítico que, neste momento, não podem, pura e simplesmente, ser ignorados.

No caso particular de Gondomar, estamos a referir-nos ao estado calamitoso da rede viária, algo que a Iniciativa Liberal já identificou, há muito, como um dos maiores problemas do concelho.

É impossível, aos dias de hoje, contar o número de buracos existentes, agravados por remendos provisórios que se tornam mais um problema do que uma solução, e que causam prejuízos assinaláveis a todos os munícipes que, diariamente, utilizam estas vias de comunicação.

E o que é certo é que a violência do mau tempo trouxe ainda mais ao de cima estes problemas. Foram dezenas de buracos que abriram ou que se agravaram nos últimos tempos, tanto em vias nevrálgicas do concelho como nas mais remotas. É manifestamente impossível, aos dias de hoje, circular em Gondomar de forma tranquila e sem ter de efetuar uma espécie de "gincana" para fugir aos buracos.

Perante este cenário, torna-se premente adotar medidas concretas, que contemplem soluções a curto, médio e longo prazo, uma vez que esta situação se traduz em problemas laterais da mais diversa ordem, nomeadamente um problema financeiro para o Município – ou seja, para todos nós –, por conta das indemnizações que têm de ser pagas, mas também um problema de segurança, uma vez que a sinistralidade rodoviária tenderá a aumentar, associando-se a isto situações graves de trânsito no interior do Município.

Urge, portanto, o desenvolvimento e execução de um plano de investimento para a requalificação da nossa rede viária. Um plano estrategicamente construído onde seja estabelecido um grau de prioridade nestas intervenções, que deve ter em conta tanto o estado de degradação de cada arruamento como também vicissitudes associadas a cada rua em específico – proximidade a infraestruturas essenciais, nível de tráfego, potencial socioeconómico, possibilidade de cobertura de investimento por entidades terceiras, e que deve, igualmente, respeitar o princípio da transparência e ter o auxílio dos cidadãos no seu desenvolvimento.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em Sessão Ordinária, delibera recomendar ao Executivo que:

- **Desenvolva um plano de investimentos para a requalificação da rede viária do concelho;**
- **Tal plano seja estrategicamente construído, sendo estabelecido um grau de prioridade nestas intervenções, que deve ter em conta tanto o estado de degradação de cada arruamento, como também vicissitudes associadas a cada um deles em específico – proximidade a infraestruturas essenciais, nível de tráfego, potencial socioeconómico, possibilidade de cobertura de investimento por entidades terceiras;**
- **Este plano respeite o princípio da transparência e tenha, na sua conceção, desenvolvimento e monitorização, o auxílio dos cidadãos e da Assembleia Municipal.**

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal na

Assembleia Municipal de Gondomar,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Reforço da Polícia Municipal de Gondomar

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar,

O Grupo Municipal CHEGA, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, apresenta a seguinte recomendação:

A segurança pública é uma preocupação crescente da população de Gondomar. O aumento de ocorrências relacionadas com:

- Incivilidades e vandalismo;

- Estacionamento abusivo;

- Fiscalização urbanística;

- Apoio às escolas e zonas comerciais;

Este panorama exige uma presença mais reforçada e eficaz da Polícia Municipal no terreno.

A Polícia Municipal desempenha funções essenciais de fiscalização administrativa e de proximidade, complementando a ação das forças de segurança nacionais. Contudo, o efetivo atual não garante:

- Cobertura adequada de todas as freguesias;

- Reforço da patrulha de proximidade;

- Resposta célere a ocorrências;

- Ações regulares de fiscalização preventiva.

II – Fundamentação

Nos termos da Lei n.º 19/2004, de 20 de maio (regime das polícias municipais), compete aos municípios assegurar meios humanos suficientes para o cumprimento das suas atribuições.

O reforço de 15 agentes permitirá:

- Aumentar a visibilidade da autoridade municipal;

- Reforçar a prevenção em zonas críticas;

- Melhorar a fiscalização do trânsito e do estacionamento;

- Apoiar eventos e atividades municipais;

- Promover maior sensação de segurança junto da população.

Trata-se de um investimento direto na ordem pública, na prevenção e na qualidade de vida dos cidadãos de Gondomar.

Face ao exposto, o Grupo Municipal CHEGA recomenda à Assembleia Municipal de Gondomar que:

1. Recomende à Câmara Municipal a abertura de procedimento concursal para o recrutamento de 15 (quinze) agentes para a Polícia Municipal;

2. Assegure que os serviços municipais iniciem os procedimentos administrativos e financeiros necessários;

3. Preveja a respetiva dotação orçamental na próxima revisão, caso se justifique.

Reforçar a Polícia Municipal significa investir na segurança, na ordem e na proteção dos cidadãos de Gondomar. A segurança não é uma despesa — é uma prioridade!

Gondomar, 24 de fevereiro de 2026

Grupo Municipal CHEGA

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar,

O Grupo Municipal do Partido CHEGA vem por este meio apresentar à apreciação e votação da Assembleia Municipal o seguinte Voto de Louvor:

VOTO DE LOUVOR

A Assembleia Municipal de Gondomar manifesta o seu público reconhecimento e louvor aos Assistentes Operacionais do Concelho que, no decurso das recentes tempestades que assolaram o território, demonstraram elevado sentido de missão, profissionalismo, coragem e dedicação exemplar ao serviço da população.

Perante condições meteorológicas adversas, com quedas de árvores, inundações, obstrução de vias e múltiplas situações de risco, estes profissionais estiveram na linha da frente, garantindo a segurança de pessoas e bens, a desobstrução de espaços públicos e a reposição da normalidade no concelho.

O seu desempenho revelou disponibilidade permanente, eficácia operacional e um compromisso inequívoco com o interesse público, ultrapassando largamente o mero cumprimento das funções inerentes ao cargo.

Num tempo em que importa valorizar quem serve a comunidade com discrição e elevado sentido de responsabilidade, este Voto de Louvor constitui um justo reconhecimento institucional pelo contributo decisivo prestado na mitigação dos impactos das intempéries.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em sessão ordinária, delibera:

- Aprovar o presente Voto de Louvor aos Assistentes Operacionais envolvidos nas operações de resposta às tempestades;
- Determinar que o mesmo fique registado em ata;
- Proceder à sua divulgação pública nos meios institucionais do Município.

Gondomar, 24 de Fevereiro de 2026

O Grupo Municipal do Partido CHEGA

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Gondomar,

António da Silva Pereira

Recomendação

Assunto: Estado da rede viária nas Freguesias de Foz do Sousa e de Covelo.

1. Verifica-se um estado de degradação progressiva em diversos arruamentos das Freguesias, agravado pelas recentes condições meteorológicas, mas resultante, em muitos casos, de insuficiente manutenção estrutural ao longo dos últimos anos.

2. Rua 29 de Junho, no troço entre Leverinho e Boialvo, observam-se indícios de instabilidade da encosta, com potencial risco de derrocada, arriscando a segurança pública e comprometendo a circulação.

3. Rua da Fonte, Zebreiros, existe um abatimento significativo do pavimento que coloca em risco o muro de um terreno contíguo, a estabilidade da rua sem saída e um poste de iluminação pública, exigindo avaliação técnica urgente.

4. Rua das Águas, Foz do Sousa, a inexistência de passeios obriga os peões a circular na faixa de rodagem. As raízes das árvores estão a provocar levantamento do pavimento, criando desníveis e comprometendo a segurança rodoviária e pedonal.

Face ao exposto, recomenda-se que a Câmara Municipal promova uma avaliação técnica imediata das situações identificadas e proceda à calendarização das intervenções necessárias, com prioridade às que configuram risco para pessoas e bens.

Data 24/02/2026

Grupo Municipal do Partido CHEGA!

Proposta de Moção para Apoio e Recuperação Pós-Tempestades no Concelho de Gondomar

No final de janeiro e ao longo de fevereiro de 2026, verificaram-se condições meteorológicas adversas no país, incluindo a tempestade "Kristin", nomeada pelo IPMA, associada a um processo de ciclogénese explosiva com vento e precipitação intensos.

Na sequência deste contexto, o Governo declarou **situação de contingência** entre 05 e 15 de fevereiro de 2026 para um conjunto alargado de concelhos, **incluindo Gondomar**, por risco elevado de cheias e inundações, com reforço de prontidão operacional e mobilização de agentes de proteção civil.

A Câmara Municipal de Gondomar ativou o **Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil**, referindo como objetivo assegurar uma resposta coordenada e reforçar a prontidão e articulação institucional, em ligação à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

No plano local, o Serviço Municipal de Proteção Civil comunicou que subsistiam zonas ribeirinhas inundadas e intransitáveis e identificou locais com condicionamentos e interdições em áreas ribeirinhas e acessos, incluindo Gramido, Foz do Sousa/Zebreiros, Jovim, Melres e Covelo, destacando também a mobilização de equipas municipais e forças e serviços no terreno (incluindo Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública).

Em paralelo, foi declarada situação de calamidade (no âmbito nacional) para um conjunto de concelhos identificados em Resoluções do Conselho de Ministros publicadas em Diário da República. **As listas de concelhos constantes dessas resoluções não incluem Gondomar**, pelo que não assumo, nem afirmo, que Gondomar tenha sido "concelho crítico" ou abrangido por esse elenco.

Do ponto de vista de apoios, a CCDR Norte informa que, não obstante existir regime de apoios à habitação associado à "Kristin", **o âmbito territorial definido não contemplava, à data, nenhum concelho da Região Norte**, devendo os municípios aguardar eventual alargamento. A mesma página indica ainda a existência de um formulário para declaração de prejuízos na agricultura por tempestades na Região Norte.

Ainda assim, o regime nacional é relevante como referência procedimental: a Portaria n.º 63-A/2026/1 define, para concelhos abrangidos pela calamidade (e os que venham a ser identificados), apoio até 10.000€ por fogo (100% da despesa elegível remanescente após dedução de seguros/outros apoios), com estimativa técnica municipal e possibilidade de dispensa de vistoria até 5.000€ mediante registo fotográfico/vídeo, com validação sucessiva pela CCDR competente.

Por fim, sublinhamos que o Município já dispõe de instrumentos de planeamento relevantes para adaptação e gestão de risco: o "Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas" identifica, entre outros, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e um "Plano Estratégico

para as Linhas de Água", o que reforça a pertinência de consolidar um plano específico de prevenção/mitigação de cheias e inundações, com metas e execução calendarizada.

Apresentamos esta moção/proposta para discussão e votação na próxima Assembleia Municipal de Gondomar, com o objetivo de:

(i) reconhecer, com factualidade e prudência, as ocorrências e condicionamentos verificados no concelho durante o recente período de meteorologia adversa;

(ii) agradecer publicamente a todos os intervenientes na resposta operacional;

(iii) recomendar à Câmara Municipal de Gondomar a elaboração e execução de um **Plano de Intervenção e Recuperação** das infraestruturas afetadas (rede viária, passadiços e equipamentos ribeirinhos) e a criação/atualização de um **Plano Municipal de Prevenção e Mitigação de Cheias e Inundações**;

(iv) estruturar um conjunto de **medidas imediatas** e **medidas de prevenção** com responsáveis, prazos e indicadores;

(v) propor uma **estimativa orçamental preliminar** (por medida e por faixa) e um leque de **fontes de financiamento possíveis**, sem assumir que Gondomar integra o elenco de concelhos abrangidos por "situação de calamidade". A situação de contingência, porém, abrangeu Gondomar, e o Município ativou o Plano Municipal de

Emergência de Proteção Civil, enquadrando a necessidade de planeamento e execução com transparência e monitorização.

-------- **PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Abriu um período para a apresentação e posteriormente um período para discussão dos documentos apresentados no PAOD ou outros assuntos, conforme acordado em reunião da Mesa com os Líderes. ----------

-------- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): ----------

-------- **PAULO AMADO (PSD)** – Apresentou a moção, sobre o "Apoio e recuperação Pós-tempestades no Concelho de Gondomar". ----------

-------- **BARBARA CARQUEJA (IL)** – Apresentou a recomendação, sobre o "Pela elaboração de um plano de requalificação da rede viária". ----------

-------- **ANA ALMEIDA (L)** – Fez uma breve apresentação dos documentos que entregou. --------

-------- **ROSÁRIA SOUSA (CH)** – Apresentou a proposta de recomendação, sobre "Reforço da Polícia Municipal de Gondomar". ----------

-------- **RUI SIMÕES (CH)** – Apresentou documento, sobre "A realidade do Parque Escolar do nosso Concelho", que adiante segue. ----------

Intervenção – Período Antes da Ordem do Dia
Assembleia Municipal de Gondomar

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Deputados,

A realidade do parque escolar do nosso concelho é hoje impossível de ignorar.
Em várias escolas do município assistimos à degradação evidente das infraestruturas: infiltrações, equipamentos obsoletos, espaços exteriores degradados e condições que não dignificam nem os alunos, nem os professores, nem os assistentes operacionais.

Estamos a falar de estabelecimentos de ensino em Gondomar, onde estudam centenas de crianças e jovens.
A escola não pode ser um espaço de remendos sucessivos e intervenções avulsas.
Tem de ser um espaço de segurança, de qualidade e de futuro.

Foram adjudicadas obras. Foram anunciados investimentos.
Mas a pergunta que se impõe é simples e direta:
Porque é que o desenvolvimento dessas empreitadas não está a decorrer com a celeridade que se exige?
Que fiscalização está a ser feita?
Que penalizações estão previstas para atrasos injustificados?

O município não pode limitar-se a anunciar intenções.
Tem de garantir execução.
Tem de exigir cumprimento de prazos.
Tem de assumir responsabilidades políticas quando os processos não avançam.

Importa igualmente saber o que tem feito o responsável pelo pelouro da Educação relativamente a este dossiê.
Que diligências concretas foram tomadas?
Que reuniões foram realizadas?
Que cronograma atualizado pode hoje apresentar a esta Assembleia?

A educação é uma prioridade estrutural, não é um item secundário de gestão.
Cada dia de atraso representa mais degradação, mais desconforto e menor qualidade no serviço público prestado.

O que os gondomarenses exigem é simples: escolas seguras, obras concluídas dentro dos prazos e transparência na gestão dos recursos públicos.

É isso que aqui hoje reclamamos.
Com firmeza. Com responsabilidade. E em defesa do futuro do nosso concelho.

-------- **BERNARDO JÚLIO (CH)** – Apresentou a recomendação, sobre o "Estado da rede viária nas Freguesias de Foz do Sousa e Covelo". ----------

-------- **MARIA FÁTIMA PINTO (CDU)** - Referiu-se à proposta de recomendação, sobre "Obras nos edifícios escolares do Município". ----------

-------- **VASCO SANTA RITA (CH)** – Apresentou o Voto de Louvor, sobre "Assistentes Operacionais envolvidos nas operações de resposta às tempestades". ----------

-------- **MARIBEL FERNANDES (PSD)** - Neste Período de Antes da Ordem do Dia, vamos simplificar, vamos acompanhar praticamente grande parte das recomendações e moções apresentadas, vamos votar em abstenção a proposta de recomendação da CDU, à qual juntaremos uma declaração de voto que irá ser apresentada. Depois, o que me traz aqui é sobre a proposta de recomendação do Livre. Esta proposta de recomendação tem vários pontos que eu sugeria que fossem votados em separado, porque no anexo 2, a sugestão de um plano de implementação de um projeto piloto da dignidade menstrual, eu gostava de dizer à colega que este projeto já existe, já está implementado no Concelho é da Tutela da Direção Geral da Saúde, está implementado em todas as USF de Gondomar, a colega diz que este projeto deveria ser implementado numa unidade de saúde a designar, não pode designar porque Gondomar já está anexada a uma Unidade Local de Saúde que é a do Santo António, este projeto já está implementado desde março, já está a ser reavaliado, irá ter continuidade. Também está implementado nas escolas, sobre a tutela da Direção Geral de Saúde, em conformidade com a gestão e implementação das unidades de cuidados na comunidade que são da saúde, em parceria com os gabinetes de apoio aos alunos das escolas e posso dizer que falo disto com conhecimento de causa, porque eu sou a gestora deste projeto em Gondomar, nomeada pelo Conselho de Administração da ULS do Santo António. Como tal sugiro que na sua proposta se calhar retirar este ponto e votar os outros. ----------

-------- **VASCO SANTA RITA (CH)** – O Grupo Municipal do Chega votará contra a proposta do Livre, relativamente ao Dia Internacional da Mulher, mas queremos clarificar muito bem esta situação. Começamos por afirmar que reconhecemos a dignidade plena da mulher, o seu papel fundamental na sociedade portuguesa e Gondomarense, mas não só. Para nós, homens e mulheres são iguais em direitos, iguais em deveres e iguais na responsabilidade cívica, é essa

igualdade que defendemos. Defender o feminismo é tão mau como defender o machismo. Celebrar aqui a interrupção voluntária da gravidez, num país com graves défices de natalidade não nos parece ajustado. Relativamente à mutilação genital feminina está privilegiado no artigo 144 na alínea a) do Código Penal, ou seja, já é criminalizado de 2 a 10 anos e quem pratica isto por norma são migrantes provenientes da Guiné-Bissau, Serra Leoa, entre outros, não faz sentido uma vez que está privilegiada em lei. Quanto à parte dos pensos higiénicos e dos tampões, achamos que não faz sentido numa loja de cidadão ou numa biblioteca que também é um refúgio climático, não nos faz sentido. Porque alguém que tem dificuldades de bairros que sejam problemáticos socioeconómicos, de certeza que não se vão dirigir a uma biblioteca ou a uma loja de cidadão para ir buscar pensos higiénicos ou tampões. Esta é a nossa posição e a nossa declaração de voto. ----------

-------- **BARBARA CARQUEJA (IL)** – Colocou várias questões ao executivo: Obras na escola de Vila Verde, situação do bairro da Gandra, Polícia Municipal, auditoria externa à Rede Unir e Grupo Desportivo de Covelo. ----------

-------- **MARIA FÁTIMA PINTO (CDU)** – Iremos acompanhar todas as propostas que foram aqui apresentadas, no entanto, temos duas questões. Sobre uma proposta de recomendação apresentada pelo Chega, sobre o reforço da Polícia Municipal, temos algumas dúvidas com a fundamentação do reforço de quinze agentes, não sabemos como chegaram a este número e também não temos dados concretos por parte da Câmara sobre esta matéria, nomeadamente quantos efetivos temos e que funções exercem. Preocupa-nos o facto de a Polícia Municipal ter vindo a crescer em competências, se calhar muito por força do desinvestimento na PSP e na GNR, isso não significa que não consideramos que é fundamental e importante a segurança das populações. No Voto de Louvor dos Assistentes operacionais, como é óbvio, vamos votar a favor, mas também achamos que era importante saber, com todo o mérito para os trabalhadores, deixa-nos a pensar se realmente foram bem renumerados com as respetivas horas extraordinárias e subsídios de insalubridade e se toda a legislação laboral está a ser devidamente cumprida. ----------

-------- **FERNANDO CERQUEIRA (PS)** – Primeiro queria fazer um apelo ao executivo. Ainda começamos há pouco, passaram três meses das eleições e o Partido Socialista confia no

executivo e mais do que nós confiarmos é o povo lá fora e apelamos e exigimos que também façam para que isso aconteça. Queria dizer o seguinte, a declaração de voto pode-se entregar hoje, ou daqui a um dia, ou até por escrito, o PS é flexível e quero dizer ao Senhor Presidente que é uma hora e sessenta minutos para o Período de Antes da Ordem do Dia, está escrito no Regimento e diz o tempo que cada Grupo Parlamentar tem. O tempo conta para quem apresenta ou para quem discute aqui as moções e já disse em grupos parlamentares, o Partido Socialista quando tiver moções espera não vir aqui lê-las, porque todos os Deputados têm as moções, não vir para aqui lê-las. O Partido Socialista vai votar a favor, quase todas as moções, exceto a da CDU e em abstenção vamos votar a do Chega. Temos aqui uma proposta que vou pedir ao Chega que é o seguinte, para o Partido Socialista votar a favor o voto de louvor, tem de ser acrescentado isto "a todos os intervenientes da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, PSP, GNR, Bombeiros, Polícia Municipal e Proteção Civil", se isso for acrescentado, votaremos a favor. Quanto a três moções, uma do Chega, uma do PSD e outra da Iniciativa Liberal, vamos votar a favor porque entendemos que as ruas, não são só as de Gondomar, são de todo o país, tirando a calamidade que houve no Centro, mas há uma coisa que temos de dizer, quero fazer um apelo à Câmara, a Câmara deve exigir à Associação Nacional de Municípios, que exija ao Governo que ponha uma linha de crédito de verba, para que as Câmaras se possam financiar sem custos, porque com estas intempéries prolongadas, não houve calor para colocar o alcatrão, as ruas estão com muitas fissuras e quero que o Senhor Presidente também faça um apelo às Juntas, há buracos grandes que ao serem tapados têm que ter uma certa técnica, fazer uma caixa bem feita para a colocação da brita e do alcatrão. Se eventualmente a Associação Nacional de Municípios não conseguir aquele apelo, porque ela deve estar atenta a todos os concelhos, porque ela representa todos os concelhos do país, em relação os outros concelhos era preciso e bem o Governo pôr uma linha de crédito à disposição, se não conseguir, queria fazer um apelo à Câmara para fazer um empréstimo só especificamente para arranjo das estradas do Concelho de Gondomar. Para terminar, queria dizer o seguinte, nós vamos votar contra a proposta da CDU, não o fazemos por acaso, porque a CDU faz alguns considerandos, um ou outro até tenho dúvidas de alguma legalidade. A Câmara não pode dar a este empreiteiro ou aquele, só para não sobrecarregar, mas a Câmara faz um contrato, faz um

concurso e depois o mais barato e cumpre as regras da lei, a Câmara não pode dizer que é só para aquele, porque há menos obra para ter mais rapidez, isso não. A Câmara não pode fazer isso. Quando houver dúvidas pergunte à Câmara, não tem que pedir à Assembleia Municipal para pedir esclarecimentos. ----------

-------- **ANA ALMEIDA (L)** – Queria começar por agradecer a crítica construtiva que foi feita pela bancada do PSD. Nós já tínhamos conhecimento deste âmbito nacional e ainda assim achamos que a proposta é válida, por uma razão muito simples, as mulheres não menstruam só nas escolas e nos centros de saúde que estão neste plano e este plano que defendemos tem um âmbito local, é um projeto piloto de pequena dimensão, que tenta disponibilizar produtos menstruais em casas de banho que são da tutela da própria Câmara. Tem realmente ali uma alínea da ULSS, que podemos ver, mas o âmbito local para nós é muito relevante e que defendemos, uma pessoa não escolhe onde está quando menstrua, que é importante garantir a dignidade, porque existe papel higiénico nas casas de banho das escolas e há um plano nacional que faz isso, não faz sentido haver um plano para exigir que haja papel higiénico nas casas de banho do município. Gostava de dar uma lição à bancada do Chega, de como é que se fazem críticas construtivas a moções com que nós concordamos. A bancada do Livre vai votar contra a moção da Segurança proposta pelo Chega, não porque seja contra investimento em segurança, mas porque a proposta em si não é baseada em qualquer dado empírico ou estatístico, fala por exemplo que existe um aumento de ocorrências, de incivilidades e como é que conseguimos contabilizar estas incivilidades e quais são? Sugere novos, aonde é que isso está fundamentado? De onde vêm estes novos quinze polícias? existiu uma auscultação que tenham sugerido este número? foi feito um estudo que com estes quinze polícias? conseguem reforçar a segurança como a moção recomenda? Parece-nos que esta moção, independente da relevância do seu propósito, está focada em meras assunções que não estão fundamentadas e é assim que se faz uma crítica construtiva a uma moção. Acho também curioso esta preocupação com a segurança da bancada do Chega. A segurança não se cria só com política de policiamento de proximidade, a segurança tem a ver também com a melhoria das infraestruturas locais, como várias bancadas daqui defendem, tem a ver com a defesa dos nossos direitos democráticos e tendo em conta isso, gostava de deixar uma pergunta ao Senhor

Vereador Rui Afonso, relativamente ao que se tem ouvido nos últimos dias nas redes sociais, sobre a sua potencial ligação ao movimento neonazi 1143, é uma pergunta que eu acho importante deixar feita nesta Assembleia, porque este tipo de ligações antidemocratas. ----------

-------- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhora Deputada não é o lugar. ----------

-------- **ANA ALMEIDA (L)** – É o lugar, porque foi um cidadão eleito por Gondomar. A nossa votação não tem a ver com a preocupação com a segurança, mas tem a ver com a preocupação de haver políticas que são baseadas em factos empíricos e tentam trazer uma mais-valia, que não seja pior a emenda que o soneto. Porque ela não está assente em nenhum dado empírico. Quero saudar o trabalho desta Assembleia, pelas diferentes propostas apresentadas, na sua generalidade, bastante construtivas e que tentam resolver os problemas do Concelho de Gondomar como um todo. ----------

-------- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – A título excecional e porque se colocou aqui uma questão pessoal, vou dar a palavra ao Senhor Vereador. ----------

-------- **VEREADOR RUI AFONSO (CH)** – Agradeço a gentileza. Como sabem eu não sou só vereador na Câmara Municipal, eu sou Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças na Assembleia da República, sou Presidente da Comissão Política Distrital do Partido Chega desde 2019. Iniciei este projeto em 2019 e o partido identifico-o como um partido de direita. Sempre fui a manifestações a Lisboa, levei muitos autocarros, sendo que aquilo que aconteceu basicamente, é que eu vou sempre nos autocarros do partido, sem qualquer tipo de problema, como costumo a ir em todas as manifestações. Não tinha conhecimento na altura em que entrei no autocarro, as pessoas não estão identificadas, não trazem símbolos nas testas, que nesse autocarro iriam elementos de um grupo 1143. Eles fizeram as filmagens nos autocarros, nessa altura eu era Deputado eleito, essa imagem propagou-se a nível nacional, tendo eu uma relevância política diferente das restantes pessoas, não ia só eu nesse autocarro com eles, iam várias pessoas que não eram do Grupo 1143 e daí começou a novela. Eu expliquei a situação e, entretanto, passou. Entretanto, surgiu uma notícia no passado domingo, que alegava que eu tinha comprado os votos ao grupo 1143, o que é uma perfeita mentira, curiosamente essa notícia saiu num domingo, precisamente um dia antes de se discutir a petição sobre a ilegalização do Partido Chega na Assembleia da República, era uma petição de 54 assinaturas,

defendida pela Deputada Isabel Moreira. Eu quero crer que não houve qualquer tipo de coincidência entre o que aconteceu no domingo e a petição na segunda-feira. Eu nunca fui questionado pela polícia judiciária sobre nada, nunca ninguém pôs em dúvida a minha honorabilidade, eu nunca estive ligado a movimentos de extrema-direita, quem me conhece sabe que nunca estive ligado. Mesmo o próprio partido, no domingo que saiu a informação, eu imediatamente pedi uma auditoria ao próprio partido, porque facilmente se pode perpetuar quando há entradas massivas de militantes, o partido tem acesso às listagens da evolução do militante e rapidamente consegue perceber se houve ou não e obviamente não houve qualquer entrada massiva de militantes. Portanto, eu sempre estive à vontade, porque são alegações feitas por três dissidentes do partido, são alegações feitas em que não há qualquer informação de nome concreto de quem eu escrevi, não há alegações de qualquer prova material do que aconteceu. Aquilo que eu acho sinceramente é que aconteceu algo que não é contornável por nós, não é um assunto judicial, tem a ver mais com um assunto político. Lamentavelmente, digo isto com toda a sinceridade, eu à medida que fui crescendo na política, comecei a perceber que cada vez menos vivemos num país democrático e aquilo que aconteceu a mim, de me imputarem falsas informações, tenho uma vida limpa, não tenho esqueletos no armário e quem me conhece há muito tempo sabe que eu não lido com esse tipo de movimentos. Entrei na política tarde, com quarenta anos, quando já tinha a minha vida praticamente feita, mas entrei sobretudo para mudar a política, todos nós queremos um futuro para o país, todos temos uma maneira diferente de mudar o país, mas acho que todos queremos mudar. Não tenho qualquer conteúdo ideológico, nem qualquer ligação a esses partidos, estou numa posição relevante na Assembleia da República, percebem claramente que ao atacar-me a mim, estão a atacar uma figura relevante do partido pelo cargo que ocupo. O que posso dizer à Senhora Deputada, é que estou perfeitamente tranquilo sobre essa matéria, não acredito pelo que me aconteceu, já começo a não acreditar em todas as notícias que ouço e é muito injusto quando as pessoas são acusadas sem qualquer fundamento. ----------

-------- **ANTÓNIO BRÁS, Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim** – Primeiro, quero saudar todos os grupos pela quantidade de moções que trouxeram aqui, acho que é um motivo de contentamento, porque estão atentos e explanaram aqui as

suas opiniões e quando isto acontece é salutar. As várias moções por o que aqui vimos, vão ser na maioria aprovadas, também temos de reconhecer, estão aqui as vossas preocupações, mas essas preocupações também são da Câmara, das Juntas, nós não andamos desatentos, tudo o que expresso em todas as moções, quer as Câmaras como as Freguesias estão bastante atentos e comungam dessas preocupações. Acho que a grande maioria daquilo que propõem, os órgãos autárquicos deste Concelho, já têm em mente as suas preocupações em quase todas as matérias que aqui foram trazidas, é para repor um bocado as coisas. Dou exemplo da proposta do Livre, garantia que a população conhece a localização do refúgio, quem é que pode garantir que saiba, não se consegue garantir, fazemos o esforço. Falando na rede viária, que é uma preocupação de todos nós. Os acidentes viários, o jornal Expresso na semana passada publicou mais uma vez o ranking das mortes por cada milhão de habitantes, em 2024, o melhor país é a Suécia que tem 20 por 1 milhão de habitantes, o pior é a Roménia que tem 78, a média da União Europeia é de 45 e Portugal continua muito mal, estamos com 58. Peões são cerca de 15% que morrem. As autarquias também têm que fazer um esforço para que morram menos peões, haja mais segurança e eu acho que temos de melhorar e alargar os passeios, temos de reduzir a velocidade nas zonas urbanas e criar passadeiras com lombas. ----------

-------- **PAULO SILVA (CDU)** – Chegaram até nós reclamações sobre as piscinas municipais de Baguim do Monte e S. Pedro da Cova, nomeadamente queixas que recaem sobre a regulação da temperatura das águas, tantos nas piscinas como nos balneários, problemas com os chuveiros e em S. Pedro da Cova, foi-nos relatado que as paredes e os tetos estão com bastante humidade. A questão é se a Câmara já tem conhecimento destas situações e se já tomou medidas para a resolução das mesmas. ----------

-------- Apresentou dois documentos, um sobre "Programa Aldeias Seguras" e outro sobre a conclusão da Via Nordeste, que adiante seguem. ----------

Programa Aldeias Seguras

Pergunta

Gondomar tem sido fustigado ao longo dos anos por incêndios florestais que têm trazido avultados prejuízos ao território e às populações.

O Programa "Aldeias Seguras", implementado pelo Ministério da Administração Interna, tem-se revelado positivo no estabelecimento de medidas estruturais para a prevenção e proteção de pessoas e bens apresentando resultados positivos nos municípios que a ele aderiram.

Aproximando-se a época de maior incidência de fogos florestais e lembrando casos do passado recente, onde tanto património, público e privado, foi destruído, A CDU, através da Mesa desta Assembleia, pergunta ao Executivo Camarário:

1. O Muncípio de Gondomar aderiu ao Programa Aldeias Seguras? Se não, por que razão?
2. Que medidas de prevenção estão a ser implementadas para uma resposta eficaz à época de incêndios?

Gondomar, Assembleia Municipal em 27 de fevereiro de 2026,

O Grupo Municipal de CDU,

Via Nordeste

Pergunta

Gondomar apresenta, no conjunto do seu território, várias zonas com características morfológicas marcadas por uma rede viária de difícil acessibilidade onde predominam ruas estreitas com trânsito rodoviário extremamente condicionado, como é o caso específico da zona da Triana em Rio Tinto.

O planeamento estruturado de construção de novas vias que melhorem a mobilidade rodoviária é necessário e apoiado pelas populações residentes que são as que mais sofrem com a falta de infraestruturas viárias que as façam chegar com qualidade e conforto aos seus locais de trabalho e de estudo.

A Via Nordeste, em Rio Tinto, é reconhecida como uma alternativa importante para a fluidez rodoviária libertando as pequenas ruas adjacentes da pressão do trânsito.

Sendo pública a situação em que se encontra esta infraestrutura, a CDU, através da Mesa desta Assembleia pergunta ao Executivo da Câmara Municipal:

- Qual o estado de desenvolvimento da obra e para quando está prevista a sua conclusão?

Gondomar, Assembleia Municipal em 27 de fevereiro de 2026,

O Grupo Municipal de CDU,

-------- **SOFIA MARTINS,** Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Gostaria de vos dizer que hoje, assinalamos um dia importante para S. Pedro da Cova, foi o dia de uma grande greve dos Mineiros de S. Pedro da Cova e oitenta anos depois fico contente de ver que a nossa população quando não está contente sabe defender-se. Eu sei que a Câmara tem acompanhado, é importante que a Câmara faça passar a mensagem, mas também com ações e apelo ao Senhor Presidente, é um problema que se arrasta há muito tempo e aproveito para dar uma palavra de parabéns à nossa população, mas também dizer que estamos atentos aos problemas e estou certa que a solução está para vir em breve. Relativamente às moções, eu queria dar aqui algumas notas. Sobre a rede viária, acho que dá um bocadinho a ideia que a Câmara e as Juntas de Freguesia não estão muito atentas, nós temos trabalho, há trabalho feito, existem ações de formação locais para a população. Também não concordo que haja uma moção em particular para uma freguesia, quando há aqui moções sobre o mesmo assunto e vir aqui uma de Foz do Sousa e Covelo, acho que o Chega podia avaliar. Relativamente à Proteção Civil, também acho que as unidades locais de proteção civil, estão a fazer o seu trabalho de uma forma inexcedível, existem ações de formação locais para a população. Quanto ao Voto de Louvor, acho que faz sentido alargar o voto de louvor às entidades, mas é preciso lembrar que não são as únicas, ao alargamos, não podemos deixar de fora outras entidades e vou dar dois exemplos, as paróquias estiveram muito envolvidas e também a própria comunidade. ----------

-------- **VASCO SANTA RITA (CH)** – Relativamente ao Voto de Louvor, nós mencionamos aqui uma categoria específica, não é como os bombeiros, não é como a Polícia Municipal ou Polícia de Segurança Pública, são pessoas que fizeram algo que está para lá das suas funções e foi por isso que mencionamos uma categoria específica, porque os vi com água até aqui. É claro que podemos acrescentar toda a gente, todos são importantes. ----------

-------- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – A Mesa está aqui com alguma dificuldade quanto à proposta de recomendação do Livre, pedia à Senhora Deputada Ana Almeida para perceber como vai ser a votação. ----------

-------- **ANA ALMEIDA (L)** – Sugiro, se fizer sentido ao resto da Assembleia, que o ponto 2 seja votado em separado e os restantes em conjunto. ----------

-------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Em primeiro lugar, a bancada do PSD, o Senhor Deputado Paulo Amado, colocou aqui uma série de questões. O Município está a fazer o reporte dos danos que a tempestade causou aqui no nosso Concelho. Para terem uma ideia na rede viária, já vamos com o valor estimado de quatro milhões e estamos longe de terminar o nosso relatório. Já temos o relatório feito quanto às zonas ribeirinhas, a Proteção Civil também tem ajudado muito na elaboração deste documento. As Juntas de Freguesia também estão a fazer o seu trabalho, os reportes dos cidadãos devem ser feitos junto das nossas Juntas de Freguesia. Não há grande esperança na cobertura de seguros, há uma cláusula, mas depois não são cobertas, de qualquer modo, a maioria dos danos muito significativos nos pavimentos e em algumas coberturas de edifícios municipais, mas sobretudo na nossa rede viária são muito grandes. Em termos de elegibilidade do Concelho, o Governo preparou a declaração de calamidade, depois emitiu também uma citação de contingência, onde Gondomar ficou incluído. O Município também ativou o plano de emergência da Proteção Civil. Neste momento o que está previsto por parte do Governo, é apenas abranger os concelhos que constam na declaração de calamidade e estou em crer que o Governo será sensível aos apelos de grande parte dos municípios. Também queria dar nota que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, da qual faço parte no Conselho Diretivo, já enviamos várias missivas ao Governo, obviamente incitando para o alargamento destes apoios a todos os Concelhos que foram afetados por estas intempéries. Nós, em termos de Proteção Civil, para terem uma ideia, no dia 27 para 28, no início da noite, estivemos a acompanhar com a equipa o evoluir da situação, só de elementos municipais, que estavam ao serviço nessa noite, estamos a falar de mais de 100 pessoas dos diversos departamentos municipais. As Juntas de Freguesia também estavam no terreno com dezenas de operacionais para o que pudesse acontecer, mas também queria dar conta de que o que aconteceu naquela noite e não é só Gondomar, os municípios não estavam preparados. Se aquela tempestade tivesse passado em Gondomar, mesmo com todo o esforço que fizemos, não estávamos preparados, nem devidamente alertados, acionamos todos os meios que tínhamos ao nosso dispor, mas olhávamos para os ecrãs, víamos o que era previsível acontecer, ventos de cerca de 150 quilómetros hora, mas depois não temos bem a noção do que isso significa nas casas das pessoas e realmente nós, enquanto país, temos que pensar

nesta e noutras situações similares, mesmo colocando todos os meios no terreno, nós não conseguimos resolver os problemas. Se tivesse passado por aqui, numa zona mais urbana, teria sido mais sério do que aquilo que tivemos. Acabamos por não ter muitos danos, no que diz respeito aos cidadãos, tivemos mais danos materiais. Quanto à época de incêndios, está a ser preparada como acontece habitualmente neste Concelho e essa preparação existe. Posso dar nota, que para a próxima época de incêndios, o que está previsto em termos de limpeza, são 43 hectares e que há a acrescentar 25 quilómetros florestais para limparem, por equipas de sapadores florestais. Obviamente e também concordarão comigo, os incêndios que hoje assolam o nosso país, têm condições climatéricas adversas, onde o cenário é tremendo. Continuaremos a cumprir com os nossos planos de prevenção, de limpeza das matas, dos caminhos florestais, ações de sensibilização da população, mas temos consciência que é uma matéria sensível, mas vamos continuar a envidar todos os esforços para conseguirmos responder da melhor forma a estes infortúnios e sobretudo, salvaguardar pessoas e bens, que é sempre a nossa primeira preocupação. ----------

-------- Há aqui uma proposta que fala dos feirantes, julgo que é do Livre, sobre a redução de taxas no mês de fevereiro. Devo dar nota que o pelouro respetivo, já tinha pedido um parecer jurídico relativo a esta situação e o parecer jurídico já foi emitido, é favorável, apesar de não haver uma norma específica no nosso Regulamento Municipal de taxas, para esta situação. Há uma norma que prevê uma redução de 50% para situações excecionais, devidamente fundamentadas, vamos aproveitar essa norma e com base nela apresentaremos na Câmara uma proposta da redução de taxas em 50%, de janeiro e fevereiro, como forma de compensação aos feirantes, como forma de infortúnio, por não poderem exercer a sua atividade, em face das condições climatéricas adversas. Devo dar nota que se tem feito reuniões com os feirantes, com a Associação de Feirantes do Porto e com a Associação de Mercados da Região Norte. No que diz respeito à Polícia Municipal, dizer que a Polícia Municipal tem uma relevância operacional limitada, não é verdade e digo que não é verdade porque é o que oiço da PSP e da GNR. A Polícia Municipal hoje tem um papel fundamental na segurança das nossas populações, temos a Polícia Municipal especialmente durante a noite, nas nossas ruas e vamos continuar a cumprir essa função dentro das competências limitadas que

tem. Agora, dizermos que tem relevância limitada, se não tivéssemos a Polícia Municipal no terreno, porventura, os resultados em termos de criminalidade não seriam aqueles que são. O relatório da Administração Interna vai ser publicado em março, nessa altura vamos saber quais são os números da criminalidade, mas por aquilo que vou acompanhando das reuniões do Conselho Municipal de Segurança e do contacto quer com a PSP, quer com a GNR, os níveis de criminalidade no Concelho estão perfeitamente limitados, não são preocupantes. Quanto ao aumento do número de polícias, como acontece com todos os departamentos do município, todos os anos fazemos uma proposta, aliás no próprio mapa de pessoal está previsto o aumento do corpo da polícia municipal, até em mais de 15, a perspetiva é de aumentar, em função dos resultados. Escola JI de Vila Verde, é uma situação que nos preocupa, o atraso verificado naquela obra, no que diz respeito aos módulos, não é verdade que tenhamos mudado de posição, os módulos estavam previstos naquele contrato desde o primeiro dia, só que a colocação estava prevista numa plataforma inferior, tecnicamente a colocação seria atrás dos edifícios da escola, depois a dúvida se iriamos continuar com as aulas ao mesmo tempo das obras. O que decidimos fazer perante todo este condicionalismo, foi encontrar outro espaço que oferecesse todas as condições de segurança às crianças, onde pudéssemos instalar os módulos para que as aulas pudessem acontecer, noutro local, mas a colocação dos módulos esteve sempre prevista, o atraso deveu-se a isso. Quanto ao Grupo Desportivo de Covelo, acho que devemos aguardar pela Carta Desportiva Municipal que vai ser apresentada em breve e esse documento deve apontar os caminhos quanto aos equipamentos desportivos. A proposta das Aldeias Seguras, Gondomar não aderiu a esse projeto, mas nós temos as unidades locais da proteção civil que o fazem, o nosso território é mais urbano e mesmo nas freguesias do Alto do Concelho, as nossas unidades locais de Proteção Civil fazem um trabalho assinalável, cumprem com os objetivos necessários. A Via Nordeste, neste momento, estamos num processo de licenciamento do abate daqueles sobreiros, em conversações quase diárias quer com ICNF, quer com a APA e com Senhor Secretário de Estado do Ambiente, é neste ponto que as coisas estão, procurando alinhar as vontades de todas as entidades que têm de dar parecer nesta matéria, estamos a fazer um esforço grande para que isso seja possível, cumprindo a lei. Baguim do Monte e S. Pedro da Cova, piscinas, estamos a elaborar projetos de beneficiação

para as piscinas de Baguim do Monte, S. Pedro da Cova e Medas, a seguir a esses projetos seguir-se-ão as respetivas empreitadas, para resolver os problemas com essas intervenções. ----

-------- **VOTAÇÃO DOCUMENTOS PAOD**: ----------

-------- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** (Documento **1**), sobre a "Identificação de infraestruturas críticas, sensibilização e preparação da população para situações de emergência", apresentada pela Deputada Municipal do **L**, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 8 abstenções (6 CH + 2 IL) e 32 votos a favor (19 PS + 10 PSD + 2 CDU + 1 L). --------

-------- Pelo Grupo Municipal da IL, foi apresentada declaração de voto. ----------

-------- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** (Documento n.º **2**) – "Pela redução temporária das taxas das feiras e pela mitigação dos impactos climáticos na atividade dos feirantes", apresentada pela Deputada Municipal do **L**, que posta à votação foi **aprovada por unanimidade.** ----------

-------- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** (Documento n.º **3**), sobre a "Igualdade de Género, Inclusão e Dignidade Menstrual no concelho de Gondomar", apresentada pela Deputada Municipal do **L.** ----------

-------- Foi proposta a divisão da recomendação, procedendo-se a duas votações, o que foi aceite pela proponente e por todos os presentes, tendo-se obtido o seguinte resultado: ----------

-------- **Votação da proposta de recomendação sem o ponto 2**: **aprovada por maioria**, com 6 votos contra (CH), 12 abstenções (10 PSD + 2 IL) e 22 votos a favor (19 PS + 2 CDU + 1 L). -----

-------- **Votação do ponto 2**: **aprovada por maioria**, com 8 votos contra (6 CH + 2 IL), 10 abstenções (PSD) e 22 votos a favor (19 PS + 2 CDU + 1 L). ----------

-------- Pelo Grupo Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. ---

-------- **Voto de Saudação** (Documento n.º **4**), sobre o "Dia Internacional da Mulher", apresentado pela Deputada Municipal do **L,** que posto à votação foi **aprovado por maioria**, com 6 votos contra (CH) e 34 votos a favor (19 PS + 10 PSD + 2 CDU + 2 IL + 1 L). ----------

-------- **Proposta de Recomendação** (Documento n.º **5**), sobre as "Obras nos edifícios escolares do Município", apresentada pelo Grupo Municipal da **CDU,** que posta à votação foi **rejeitada por maioria**, com 19 votos contra (PS), 10 abstenções (PSD) e 11 votos a favor (6 CH + 2 CDU + 2 IL + 1 L). ----------

-------- Pelo Grupo Municipal do PSD e pela Deputada Municipal do L, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. ----------

-------- **Recomendação** (Documento n.º **6**), "Pela elaboração de um plano de requalificação da rede viária", apresentada pelo Grupo Municipal da **IL**, que posta à votação foi **aprovada por unanimidade.**----------

-------- Pela Deputada Municipal do L, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue.

-------- **Proposta de Recomendação** (Documento n.º **7**), sobre o "Reforço da Polícia Municipal de Gondomar", apresentada pelo Grupo Municipal do **CH**, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 3 votos contra (2 IL + 1 L), 29 abstenções (19 PS + 10 PSD) e 8 votos a favor (6 CH + 2 CDU). ----------

-------- Pelo Grupo Municipal da IL e pela Deputada Municipal do L, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. ----------

-------- **Voto de Louvor** (Documento n.º **8**), sobre "Assistentes Operacionais envolvidos nas operações de resposta às tempestades", apresentado pelo Grupo Municipal do **CH**, que posto à votação foi **aprovada por unanimidade**, com as sugestões do Grupo Municipal do PS, relativamente à inclusão do louvor às entidades: Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, PSP, GNR, Bombeiros, Polícia Municipal e Proteção Civil e com as sugestões da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova, no sentido de também incluir as paróquias e a comunidade. ----------

-------- Pelo Grupo Municipal da CDU (documento não entregue), foi apresentada a declaração de voto, que adiante seguem. ----------

-------- **Recomendação** (Documento n.º **9**), sobre o "Estado da rede viária nas Freguesias de Foz do Sousa e Covelo", apresentada pelo Grupo Municipal do **CH**, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 1 abstenção (L), 39 votos a favor (19 PS + 10 PSD + 6 CH + 2 CDU + 2 IL). ----------

-------- Pela Deputada Municipal do L, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue.

-------- **Moção** (Documento n.º **10**), sobre o "Apoio e Recuperação Pós-Tempestades no Concelho de Gondomar", apresentada pelo Grupo Municipal do **PSD**, que posta à votação foi **aprovada por unanimidade.** ----------

-------- Pela Deputada Municipal do L, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue.

-------- Conforme nos locais desta ata se assinala, no Período de Antes da Ordem do Dia, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. ----------

Declaração de voto

PAOD

Proposta de Recomendação – "Identificação de infraestruturas críticas, sensibilização e preparação da população para situações de emergência"

A presente proposta trazida a esta Assembleia pelo Livre demonstra uma tendência antiga e conhecida, protagonizada, essencialmente, por partidos à esquerda do PS, que é a de dar à proposta um título colorido e completamente inatacável, apresentar algumas posições sensatas e unânimes, mas, pelo meio, incluir pontos que estão completamente alheados da realidade e que não podem, pura e simplesmente, ser aceites.

Nesta recomendação são abordados tópicos e apresentadas propostas extremamente importantes, como é o caso da autonomia energética nos serviços municipais em casos de intempéries como as que assistimos recentemente. Mas depois é proposto que a Câmara Municipal garanta kits de emergência gratuitos, que incluem bens essenciais que, ainda que sejam resistentes, como é o caso alimentos ou medicamentos, têm, ainda assim, um prazo de validade, o que implicaria que o Município teria que, ao final de algum tempo, renovar tais produtos, tenham eles sido usados ou não.

A prática que o Livre aqui inaugura neste mandato é extremamente negativa e não pode passar em branco, tem de ser combatida desde o primeiro dia, pois política é seriedade e honestidade com todos: seja com as populações, seja com as demais forças políticas. Combater o populismo também é não fazer propostas que misturem coisas que não devem ser misturadas.

Dito isto, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** nesta proposta de recomendação, reconhecendo-lhe bastantes méritos, mas não pode deixar passar em claro tal ponto.

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal na

Assembleia Municipal de Gondomar,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

Declaração de voto

PAOD

Proposta de Recomendação – "Igualdade de Género, Inclusão e Dignidade Menstrual no concelho de Gondomar"

A presente proposta trazida a esta Assembleia pelo Livre demonstra uma tendência antiga e conhecida, protagonizada, essencialmente, por partidos à esquerda do PS, que é a de dar à proposta um título colorido e completamente inatacável, apresentar algumas posições sensatas e unânimes, mas, pelo meio, incluir pontos que estão completamente alheados da realidade e que não podem, pura e simplesmente, ser aceites.

Nesta recomendação são abordados tópicos relevantes, como é o caso do pedido de informação ao Executivo relativo ao Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, algo que, aparentemente, ficou esquecido e só com mais dados é que podemos fazer melhores políticas e propor medidas adequadas.

Mas depois temos um ponto 2 que é delirante. Desde logo porque é um projeto que já existe, que tem respaldo nacional e, inclusive, uma vertente mais local, mas sob tutela da Direção Geral da Saúde. Mas vejamos o racional económico desta proposta: alega-se, e com razão, que existe pobreza menstrual entre as mulheres mais desfavorecidas, pelo que urge apoiá-las nesse sentido; existindo já um plano a nível nacional, pago pelos impostos de todos os portugueses – incluindo os das mulheres desfavorecidas –, o Livre quer ainda que exista um programa a nível municipal, que tem de ser pago pelos impostos de todos os Gondomarenses – incluindo as Gondomarenses mais desfavorecidas. Em suma, as mulheres Gondomarenses, para beneficiar de algo a título gratuito, teriam de o pagar duas vezes.

A prática que o Livre aqui inaugura neste mandato é extremamente negativa e não pode passar em branco, tem de ser combatida desde o primeiro dia, pois política é seriedade e honestidade com

todos: seja com as populações, seja com as demais forças políticas. Combater o populismo também é não fazer propostas que misturem coisas que não devem ser misturadas.

Dito isto, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** nesta proposta de recomendação na generalidade, reconhecendo-lhe alguns pontos positivos, mas vota **CONTRA** o ponto 2 da mesma proposta, por tudo o que já foi exposto.

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal na

Assembleia Municipal de Gondomar,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Assembleia Municipal de 27-02-2026

Declaração de Voto – Período de Antes da Ordem do Dia

Edifícios Escolares

A escola básica e jardim de infância de Vila Verde em S. Pedro da Cova tem vários problemas desde infiltrações de água, humidade, climatização entre outros.

Como se pode ver no site da câmara a empreitada para a realização das obras foi adjudicada em abril de 2024 e já deveria estar concluída há mais de meio ano este atraso prejudica fortemente a comunidade escolar, sendo que esta situação de derrapagens nas obras vem sendo recorrente em Gondomar e portanto, é urgente que a câmara resolva estas situações porque é a entidade responsável por ela.

Não é atirando a culpa para a descentralização de competências do estado central que resolve, a câmara aceitou a descentralização a partir daí é sua a responsabilidade e não é um problema financeiro porque a obra foi adjudicada é porque havia dinheiro, portanto só pode ser um problema de incapacidade de quem está a fazer a obra e da câmara que tem de fiscalizar e aplicar as penalizações necessárias.

A comunidade escolar é que não pode continuar nesta situação.

Gondomar, 27-02-2026

Os Deputados do PSD

Assembleia Municipal de Gondomar

Declaração de voto – Proposta da CDU: Obras nos edifícios escolares do município

O LIVRE vota a favor desta proposta.

Queremos começar por saudar a iniciativa da CDU ao trazer para debate o estado do parque escolar do concelho. A qualidade das infraestruturas escolares é essencial para garantir condições adequadas de aprendizagem, segurança e bem-estar às crianças e às comunidades educativas.

A proposta de maior transparência sobre o estado das intervenções e sobre as necessidades existentes parece-nos adequada e necessária.

Gondomar, 27 de fevereiro de 2026

Ana Gomes de Almeida

Deputada da Assembleia Municipal de Gondomar

Assembleia Municipal de Gondomar

Declaração de voto – Proposta da Iniciativa Liberal: Plano de requalificação da rede viária

O LIVRE vota a favor desta proposta.

É evidente que o estado de degradação de várias vias no concelho constitui um problema real para a mobilidade, para a segurança rodoviária e para a qualidade de vida dos munícipes. A elaboração de um plano estratégico de requalificação da rede viária, com critérios transparentes de priorização, parece-nos um passo positivo.

No entanto, deixamos uma questão relativamente a um dos critérios propostos — a possibilidade de cobertura de investimento por entidades terceiras.

Importa esclarecer de que forma esse fator deverá influenciar a prioridade das intervenções. Se um arruamento constituir o único acesso de uma determinada população, mas não dispuser de financiamento externo, deverá ficar atrás de outro com cofinanciamento disponível?

Não discordando da existência desse critério, entendemos que a sua aplicabilidade deve ser devidamente clarificada.

Gondomar, 27 de fevereiro de 2026

Ana Gomes de Almeida

Deputada da Assembleia Municipal de Gondomar

Declaração de voto

PAOD

Proposta de Recomendação – "Reforço da Polícia Municipal de Gondomar"

A Iniciativa Liberal tem uma postura bem vincada, que é conhecida, no que diz respeito a segurança e, em particular, à estrutura das polícias no nosso país.

Atualmente, a Polícia Municipal tem funções extremamente limitadas por lei, às quais acresce o facto de estas serem muito pouco claras, fazendo com que seja uma força de segurança meramente administrativa, o que torna, infelizmente, a profissão muito pouco valorizada, traduzindo-se, como tal, num dos elefantes brancos da administração pública que urge resolver.

Perante este cenário, a Iniciativa Liberal é totalmente favorável à reformulação da Polícia Municipal, com redefinição das suas funções, pelo que apoiaria, sem qualquer reserva, uma proposta, por exemplo, que exigisse ao Governo e à Assembleia da República uma reforma alargada no que diz respeito às polícias.

No atual quadro, o reforço de contingente, por si só, não é o caminho a seguir. Entendemos a preocupação, mas é necessário mais.

Dito isto, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA** esta proposta.

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal na

Assembleia Municipal de Gondomar,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

Assembleia Municipal de Gondomar

Declaração de voto – Proposta do CHEGA: Reforço da Polícia Municipal

O LIVRE vota contra esta proposta.

A recomendação apresentada não se baseia em dados estatísticos concretos nem apresenta um diagnóstico fundamentado da situação no concelho.

Afirma-se que "a segurança pública é uma preocupação crescente da população de Gondomar". No entanto, não são apresentados elementos que permitam sustentar essa afirmação. Não são referidos relatórios de criminalidade, estudos, auscultações à população ou qualquer outro indicador que permita aferir a evolução da situação no concelho.

A proposta refere igualmente o aumento de "incivilidades", sem que o conceito seja definido ou enquadrado. Não é claro a que fenómenos concretos se refere, nem de que forma esse eventual aumento foi identificado ou medido, o que dificulta a avaliação da dimensão real do problema.

Também não é apresentado qualquer fundamento técnico para o número específico de agentes proposto. Não se esclarece se esse número resulta de um estudo, de uma avaliação operacional da própria Polícia Municipal ou de uma análise comparativa com municípios de dimensão semelhante.

Esta ausência de diagnóstico e de justificação técnica é particularmente relevante em matérias que envolvem decisões estruturais sobre organização de serviços públicos e despesa permanente. A definição do número de agentes, das necessidades operacionais e das prioridades de intervenção deve resultar de uma avaliação técnica clara das necessidades do território.

Acresce que a proposta apresenta uma formulação pouco rigorosa quanto ao papel da Polícia Municipal. A referência à promoção da "ordem pública" ou da "segurança" pode criar expectativas que não correspondem às competências legais destes serviços.

Importa também sublinhar que a segurança é, naturalmente, uma preocupação legítima e partilhada. O LIVRE considera a segurança das populações uma dimensão fundamental da qualidade de vida e da ação pública. No entanto, entendemos que essa segurança se constrói, também, através de políticas públicas integradas: planeamento urbano adequado, iluminação pública eficaz, manutenção das vias, prevenção de riscos e mecanismos de resposta a emergências ajustados à realidade local, bem como políticas sociais que contribuam para prevenir situações de vulnerabilidade e exclusão.

Face à ausência de um diagnóstico fundamentado, à falta de justificação técnica para as medidas propostas e à imprecisão quanto ao enquadramento das competências da Polícia Municipal, o LIVRE vota contra esta recomendação.

Gondomar, 27 de fevereiro de 2026

Ana Gomes de Almeida

Deputada da Assembleia Municipal de Gondomar

Assembleia Municipal de Gondomar

Declaração de voto – Proposta do CHEGA: Estado da rede viária nas freguesias de Foz do Sousa e Covelo

O LIVRE opta pela abstenção nesta proposta.

Reconhecemos que as situações identificadas merecem atenção e avaliação técnica por parte do município, sobretudo quando podem representar riscos para pessoas e bens.

No entanto, entendemos que a abordagem adotada levanta uma questão pertinente. A identificação de problemas concretos numa freguesia é legítima, mas o tratamento político destas matérias deve procurar enquadrar-se numa visão mais abrangente do território.

A rede viária do concelho apresenta desafios em várias freguesias e consideramos mais adequado que estas intervenções sejam enquadradas num planeamento global e transparente, que permita prioritizar as necessidades de forma equilibrada em todo o concelho.

Por essa razão, optamos pela abstenção.

Gondomar, 27 de fevereiro de 2026

Ana Gomes de Almeida

Deputada da Assembleia Municipal de Gondomar

Assembleia Municipal de Gondomar

Declaração de voto – Moção do PSD: Apoio e recuperação pós-tempestades no concelho de Gondomar

O LIVRE vota a favor desta moção.

Os episódios recentes de intempérie tiveram impactos relevantes no concelho e exigem uma resposta pública coordenada, tanto na reposição das infraestruturas afetadas como no apoio às populações. A proposta apresentada reconhece essa necessidade e recomenda a elaboração de instrumentos de intervenção e planeamento adequados.

Consideramos positiva a orientação de estruturar um plano de recuperação das infraestruturas afetadas e de reforçar o planeamento municipal em matéria de prevenção e mitigação de cheias e inundações.

Ainda assim, entendemos que o debate sobre estas matérias deve também reforçar o foco na prevenção e na preparação futura do território, tendo em conta que fenómenos meteorológicos extremos tendem a tornar-se mais frequentes no contexto das alterações climáticas.

Por estas razões, o LIVRE vota favoravelmente esta moção.

Gondomar, 27 de fevereiro de 2026

Ana Gomes de Almeida

Deputada da Assembleia Municipal de Gondomar

-------- **C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

-------- **1. Discussão e votação das atas das sessões anteriores (09-12-2025 e 29-12-2025).** ------

-------- **VOTAÇÃO DA ATA DE 09-12-2025: Aprovada por unanimidade**. Nos termos do n.º 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Deputados(as) Senhores(as): Encarnação de Sousa Caetano Martins da Silva, Sílvia Maria dos Santos Cardoso e Maria Teresa Rocha de Sousa Santos, por não terem estado presentes na sessão. ----------

-------- **VOTAÇÃO DA ATA DE 29-12-2025**: **Aprovada por unanimidade**. Nos termos do n.º 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Deputados(as) Senhores(as): Lúcia Isabel Rocha dos Santos, Maribel Santos Fernandes, Paulo Amado Pinheiro Viana de Almeida, Rosária Palmira Ramos de Sousa, Tânia Maria Alves Cabral, Maria Teresa Rocha de Sousa Santos, António José Ribeiro Braz – Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, Francisca Gomes de Castro – Presidente da Junta de Freguesia de Foz do Sousa e Covelo e Rosalina Sofia Neves Martins Prada, por não terem estado presentes na sessão. ----------

-------- **2. Propostas da Câmara Municipal sobre:** ----------

-------- **2.1 - Mapa de Demonstração do desempenho orçamental e Revisão Orçamental;**--------

-------- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Propôs que os pontos 2.1 a 2.4 fossem discutidos em conjunto e votados separadamente, o que foi aceite por todos. ----------

-------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Isto é apenas para incorporarmos o saldo de gerência, já é habitual na primeira reunião da Assembleia Municipal do ano, apresentamos o mapa do desempenho orçamental e o saldo de gerência, que é para incorporar esta proposta. Contratação de empréstimo de curto prazo, é um empréstimo de cinco milhões de euros, tem vindo todos os anos a este Órgão, como sabem é, um empréstimo que tem de ser liquidado até 31 de dezembro, como aconteceu no ano transato, para acudir a necessidades de tesouraria. Ponto 2.3, procedimentos concursais para cargos de direção intermédia de terceiro grau, isto é alteração da composição do júri, o ponto 2.4 é a abertura de um procedimento concursal para titular de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão Operacional de Administração

Direta. Acho que os pontos estão devidamente explicados, de qualquer modo, se for necessária qualquer nota adicional estarei disponível. ----------

-------- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): ----------

-------- **ANA ALMEIDA (L)** - É uma pergunta relativamente rápida, gostaria de perceber um bocadinho melhor, porque o documento não explica e olhando para o que estava no documento dos Grandes Planos não ficou claro, qual é a função, qual é a área de execução deste cargo e também se será uma nova contratação ou substituição e também tenho algumas dúvidas relativamente, se no futuro, seria possível este tipo de informação vir com este tipo de esclarecimento. ----------

-------- **CARLOS COSTA (IL)** – Quanto ao Mapa de Demonstração do desempenho orçamental e Revisão Orçamental, conforme o Senhor Presidente disse, isto já é um hábito. No que diz respeito ao desempenho orçamental, trata-se de um documento de ordem técnica, teremos a oportunidade de fazer uma análise mais completa em sede de relatório de Gestão e acho que não vale a pena estar a verter muito sobre esta temática, neste ano de 2026 estamos já na pendência de um novo mandato, num executivo liderado pelo Senhor Presidente Dr. Luís Filipe Araújo, o que surge vertido vai ao encontro do orçamento anterior, sempre com um fator positivo que é de um saldo de gerência a fixar-se em cerca de duzentos e oitenta mil euros, isto transparece uma imagem positiva de uma gestão financeira responsável que, verdade seja dita, tem vindo a ser imagem de marca dos executivos do Partido Socialista, ainda que as opções em si ainda não sejam coincidentes com a que nós defendemos, mas é a política. No que diz respeito à Revisão Orçamental, é certo que nada muda em concreto no que diz respeito às opções, mas seria injusto da nossa parte não permitir a entrada destas verbas no Orçamento para 2026. Agora, relativamente ao ponto 2.2. somos confrontados com esta proposta que também já é um hábito, mas que nós não conseguimos concordar com a mesma. A contratação deste empréstimo no valor de cinco milhões de euros, já é uma prática que se vulgarizou nos executivos do Partido Socialista, sobre o pretexto de acautelar questões de tesouraria ao longo do ano, mas que no fundo e a nossa interpretação é esta, serve para efeitos de propaganda, pois um orçamento mais robusto, passa sempre uma melhor imagem. O Executivo no seu entender, parece estar a juntar, obviamente o útil, ter uma aparente margem maior de

manobra financeira ao agradável, propagandear um orçamento maior, mas a realidade é que isto é juntar o inútil, por um lado é um ónus para as contas do município gigantesco e por outro pede um crédito, quando na verdade tem tido uma política financeira onde consegue passar saldos de gerência consideráveis de ano para ano e junta este inútil ao desagradável, que é fazer um número político para enganar os Gondomarenses. Este ano ainda temos uma novidade, que é o empréstimo estar repartido em partes mais ou menos iguais por três entidades bancárias distintas, é preciso ter alguma cautela em relação a isto, uma vez que no cenário crítico que por alguma razão, como falamos no Período de Antes da Ordem do Dia, de intempéries, de fazer face a situações onde é preciso fazer um cabimento orçamental diferente por questões que estão imprevisíveis, podemos colocar o município em cheque, perante três entidades distintas. ----------

-------- **MIGUEL AZEVEDO (PS)** - Queria começar pelo ponto 2.1, dizer que de facto, isto só demonstra que o Partido Socialista é sempre acusado de más contas, mas tanto dos anteriores Governos de António Costa e dos executivos do Partido Socialista, durante estes doze anos a prática tem sido de boas contas e de facto temos aqui as boas contas demonstradas. Saudar também a nota do meu colega Carlos Costa, exatamente da transição destes duzentos e oitenta mil euros, de facto, foi bem executado o orçamento e os duzentos e oitenta mil euros vão ser muito importantes para este ano e para o futuro. Estive aqui atentamente, durante duas horas, a escutar todos os Grupos Municipais a exigir reparações, investimento e mais investimento e para acautelar o investimento, este executivo, e bem, em contratar um empréstimo, para se assegurar, no caso de uma intempérie, assegurar os danos ou mais investimento, é bom que o dinheiro exista para executar as obras o mais rápido possível e isto sim, é uma administração com cuidado e cautelosa. ----------

-------- **SOFIA MARTINS,** Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova – É só para poupar o nosso Presidente. Na verdade, a questão do empréstimo e do facto de ser dividido em três, é simplesmente porque as propostas foram consultadas e com certeza era o mesmo preço e é o cumprimento da legalidade e por isso não compreendi muito bem esta forma de abordar o empréstimo. O empréstimo é uma forma de acautelar receitas, que muitas

delas só vão entrar em abril. Acho que faz todo o sentido fazer perguntas, mas também pertinentes. ----------

-------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Eu não preciso de ninguém que me defenda, nem a mim, nem ao executivo. Respondendo à questão colocada pelo Livre no ponto 2.4, a abertura do procedimento tem a ver com a aposentação do Senhor Engenheiro Mário Silva, que era funcionário da Câmara, aposentou-se, temos de abrir um concurso para as funções que eram dele. O que estamos aqui a fazer é a aprovar a abertura de concurso e nomear o júri. Quanto ao ponto 2.2, as dúvidas colocadas pela IL, duzentos e oitenta mil euros, Senhor Deputado não é um saldo considerável, duzentos e oitenta mil euros é um saldo possível, tentamos cumprir com todas as obrigações até ao final do ano, mas este não é um saldo considerável e este empréstimo não é para tornar um orçamento mais robusto para propaganda, porque como disse, ele tem de ser pago no próprio ano, tem de ser pago até 31 de dezembro. Repartido em partes iguais, não é a primeira vez, as propostas eram exatamente iguais e estas decisões são completamente técnicas. ----------

-------- **VOTAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 2 votos contra (CDU), 19 abstenções (10 PSD + 6 CH + 2 IL + 1 L) e 19 votos a favor (PS). ----------

-------- Pelos Grupos Municipais da CDU e da IL e pela Deputada Municipal do L, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. ----------

-------- **2.2 - Contratação de empréstimo de curto prazo – Relatório final de apreciação das propostas;** ----------

-------- **VOTAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 2 votos contra (IL), 16 abstenções (8 PSD + 6 CH +2 CDU) e 22 votos a favor (19 PS + 1 L + 2 Presidentes de Junta de Freguesia de Foz de Sousa e Covelo e da Junta de Freguesia da Lomba). ----------

-------- Pelo Grupo Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. ----

-------- **2.3 – Procedimentos concursais para cargos de Direção Intermédia de 3.º grau – Dirigentes de Núcleo – Alteração da composição do júri.** ----------

-------- **VOTAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 19 abstenções (10 PSD + 6 CH + 2 IL + 1 L) e 21 votos a favor (19 PS + 2 CDU). ----------

-------- Pelo Grupo Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. ---

-------- **2.4 - Abertura de procedimento concursal para titular de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão Operacional de Administração Direta - composição do júri.** ----------

-------- **VOTAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 19 abstenções (10 PSD + 6 CH + 2 IL + 1 L) e 21 votos a favor (19 PS + 2 CDU). ----------

-------- Pelo Grupo Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. ---

-------- Conforme nos locais desta ata se assinala, no Período da Ordem do Dia, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. ----------

CDU
PCP-PEV

Coligação Democrática Unitária
Assembleia Municipal de Gondomar

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ponto 2.1 da OT – Mapa de Demonstração do desempenho Orçamental e Revisão Orçamental

A proposta contida no ponto da OT em apreço permite-nos perceber que o Orçamento de 2025 obteve uma execução negativa de cerca de 283 mil euros, cuja verba terá de ser integrada no Orçamento de 2026.

Esta integração, na proposta da Câmara, aparece indicada na rubrica Órgãos Autárquicos e Administração Central com referência à despesa em equipamento básico.

Sem qualquer explicação a esta Assembleia da necessidade desta opção executiva, a Câmara decidiu alocar a seu bel-prazer a verba não executada em 2025, sem apresentar a esta Assembleia qualquer informação fundamentadora destas opções de gestão como seria normal fazer-se, no respeito pelo estatuto político e não técnico dos deputados municipais.

Por esta razão, a CDU vota **CONTRA.**

Gondomar, Assembleia Municipal, em 25 de fevereiro de 2019

O Grupo Municipal da CDU,

Declaração de voto

2.1 – Mapa de Demonstração do desempenho orçamental e Revisão Orçamental – Proposta

A presente proposta é já habitual nesta altura do ano, onde o Executivo traz a esta Assembleia a demonstração orçamental relativamente ao ano anterior, transferindo o saldo de gerência referente a tal ano no Orçamento do presente ano, por via de uma revisão orçamental.

No que diz respeito ao desempenho orçamental, um documento essencialmente de ordem técnica, teremos oportunidade, certamente, de fazer uma análise mais completa em sede de relatório de gestão. Não obstante, aquilo que surge vertido no mapa apresentado vai ao encontro, em linhas gerais, com aquilo que o Executivo anterior previu, em sede de orçamento, para o ano de 2025.

Vale dar nota, como sempre, do fator positivo que é a transição de um saldo de gerência a fixar-se em cerca de 283 mil euros. Transparece uma imagem positiva de uma gestão financeira responsável, mesmo que as opções não sejam aquelas que a Iniciativa Liberal defende.

No que diz respeito à revisão orçamental em si: é certo que as opções que surgem vertidas neste documento continuam a ser as do Partido Socialista, com as quais não nos revemos; contudo, seria extremamente injusto negar a inclusão de uma verba de 283 mil euros no Orçamento, ainda para mais quando estas já estão nos domínios do Município.

Assim, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste ponto.

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal na

Assembleia Municipal de Gondomar,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

Assembleia Municipal de Gondomar

Declaração de voto – Ponto 2.1 do Período da Ordem do Dia: Contratação de empréstimo de curto prazo

O LIVRE vota a favor desta proposta.

Apesar de existirem algumas reservas relativamente à contratação de um novo empréstimo num contexto em que o município ainda possui compromissos financeiros por regularizar, entende-se que o instrumento proposto se enquadra nas necessidades de gestão corrente da autarquia.

Importa também considerar que se trata de um empréstimo de curto prazo, destinado a apoio de tesouraria e a liquidar ainda durante o exercício de 2026, com condições contratuais que não apresentam encargos adicionais relevantes.

Tendo em conta a natureza temporária do financiamento e a necessidade de assegurar o normal funcionamento e gestão do concelho, o LIVRE vota favoravelmente esta proposta.

Gondomar, 27 de fevereiro de 2026

Ana Gomes de Almeida

Deputada da Assembleia Municipal de Gondomar

Declaração de voto

2.2 – Contratação de empréstimo de curto prazo - Relatório final de apreciação das propostas

Se, no ponto anterior desta Ordem do Dia, se elogiou, precisamente, a postura responsável do Executivo no que diz respeito à gestão financeira do Município, somos confrontados com esta proposta que, no nosso entender, é, para dizer o mínimo, absurda.

A contratação deste empréstimo de curto prazo, no valor de 5 milhões de euros, é uma prática que se vulgarizou nos Executivos do Partido Socialista, sob o pretexto de acautelar questões de tesouraria ao longo do ano, mas que, no fundo, apenas serve para efeitos de propaganda, pois um orçamento mais robusto passa sempre uma melhor imagem.

Dito isto, o Executivo, no seu entender parece estar a juntar o útil – ter uma aparente maior margem de manobra financeira – ao agradável – propagandear um orçamento maior. Mas a realidade é que isto é juntar o inútil – por um lado, um ónus para as contas do Município que, num cenário dantesco, pode nem conseguir pagar de volta o empréstimo, e, por outro, pede um crédito quando, na verdade, tem tido uma política financeira que consegue, de facto, passar saldos de gerência consideráveis de ano para ano – ao desagradável – fazer um número político para enganar os Gondomarenses.

Ademais, como isto não bastasse, ainda temos, este ano, a novidade de o empréstimo estar repartido, em partes iguais, por três entidades distintas. É algo que nos parece de loucos, uma vez

que, num cenário crítico, coloca o Município em cheque perante não apenas um, mas sim perante três bancos distintos.

Tendo isto em conta, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA** a presente proposta.

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal na

Assembleia Municipal de Gondomar,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

Declaração de voto

2.3 – Procedimentos concursais para cargos de Direção Intermédia de 3.º grau - Dirigentes de Núcleo - Alteração da composição do júri - Proposta

Quanto à proposta de alteração da composição do aludido júri para o procedimento concursal, tendo em conta os motivos aludidos – dois membros do anterior júri já terem cessado funções na Câmara Municipal de Gondomar – nada temos a apontar.

Não podemos deixar de notar, contudo, que o presente procedimento concursal é datado de 2023, com as aprovações do mesmo e do respetivo júri a darem-se, respetivamente, em Fevereiro e Junho desse ano. Estão a completar-se, neste momento, três anos de procedimento e o mesmo não se encontra concluído.

Apesar de sermos sensíveis ao facto de, aos dias de hoje, ser muito difícil de contratar, uma vez que a carreira em funções públicas não tem a mesma atratividade de outrora, é impossível não mencionar que, e à semelhança do que a Iniciativa Liberal defende desde a primeira hora, a atual estrutura orgânica do Município é disfuncional e pouco disponível para conseguir proporcionar melhores condições remuneratórias. Além de, evidentemente, e tendo em conta estas condicionantes já mencionadas, três anos não ser, ainda assim, um prazo de todo razoável para concluir um procedimento desta natureza.

Posto isto, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste ponto.

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal na

Assembleia Municipal de Gondomar,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

Declaração de voto

2.4 – Abertura de procedimento concursal para titular de Direção Intermédia de 2.º Grau - Chefe de Divisão Operacional de Administração Direta

Desde que, no mandato anterior, foi aprovada a mais recente estrutura orgânica do Município, a Iniciativa Liberal tem-se manifestado contra tal desenho organizativo. E não o fazemos por mero capricho ou como reflexo de uma oposição "bota-abaixista". Fazemos por pura convicção de que esta estrutura é extremamente pesada para os cofres do Município e muito pouco funcional, repelindo, eventualmente, o facto de podermos ter menos cargos a auferir melhores salários, o que permitiria não apenas a contratação de maior talento, como também a garantia de que não se perde pessoal qualificado para funções equivalentes no privado, mas com remunerações mais competitivas.

Ainda assim, votar contra uma proposta desta natureza seria prejudicar a vida de alguém que não a do Executivo.

Por isso, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** neste ponto.

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal na

Assembleia Municipal de Gondomar,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

-------- **3 - Conselho Municipal de Segurança de Gondomar – Indicação de 3 cidadãos de reconhecida idoneidade.** ----------

-------- Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e pela Deputada Municipal do Livre foi apresentada à Mesa, uma proposta, que adiante segue, com a indicação de três cidadãos de reconhecida idoneidade: João Pedro Serra Soares Forte, Carla Isabel Pinto Ferreira e Mário da Silva Alves, que posta à votação por escrutínio secreto, obteve o seguinte resultado: ----------

-------- 22 votos SIM. ----------

-------- 8 votos NÃO. ----------

-------- 8 votos BRANCOS. ----------

-------- 2 votos NULOS. ----------

-------- **4 - Relatório Anual da Atividade da CPCJ de Gondomar 2025 – Para conhecimento.** ----

-------- A Assembleia **tomou conhecimento**. ----------

-------- **5 - Plano de Atividades e Orçamento 2026 da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto – Para conhecimento.** ----------

-------- A Assembleia **tomou conhecimento**. ----------

-------- A sessão foi encerrada às 0 horas e 30 minutos, do dia 28 de fevereiro de 2026. ----------

O PRESIDENTE DA MESA,

A PRIMEIRA SECRETÁRIA,